

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DE GÊNERO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EaD GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA**

VANESSA ELIAS

FRIDAS: uma proposta de grupo de estudos sobre gênero e diversidade no ambiente escolar.

FLORIANÓPOLIS - 2016

VANESSA ELIAS

FRIDAS: uma proposta de grupo de estudos sobre gênero e diversidade no ambiente escolar.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção do título de Especialista em Gênero e Diversidade na Escola (GDE).

Orientador: Prof . Dr. Amurabi Pereira de Oliveira

FLORIANÓPOLIS - 2016

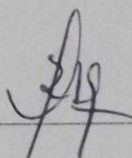
VANESSA ELIAS

**FRIDAS: UMA PROPOSTA DE GRUPO DE ESTUDOS SOBRE GÊNERO E
DIVERSIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito para
obtenção do título de Especialista em
Gênero e Diversidade na Escola (GDE).

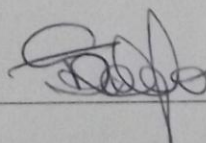
Aprovado em 17 de dezembro de 2016.

Coordenação do Curso:

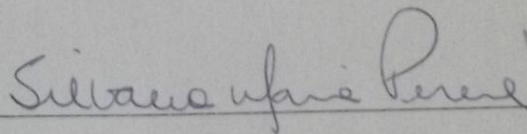


Olga Regina Zigelli Garcia

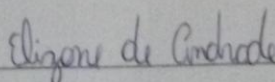
Banca Examinadora:



Suzana da Rosa Tolfo



Silvana Maria Pereira



Elizane de Andrade

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Elias, Vanessa

Fridas : uma proposta de grupo de estudos sobre gênero e diversidade no ambiente escolar. / Vanessa Elias ; orientadora, Amurabi Pereira de Oliveira - Florianópolis, SC, 2016.

77 p.

Monografia (especialização) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Curso de Gênero e diversidade na escola.

Inclui referências

1.Ciências humanas. 3. gênero. 4. diversidade. 5. escola. I. Oliveira, Amurabi Pereira de. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Gênero e diversidade na escola. III. Título.

AGRADECIMENTOS

Registro aqui um agradecimento especial pelo financiamento dado ao Curso de Especialização EaD em Gênero e Diversidade na Escola da Universidade Federal de Santa Catarina (GDE/UFSC) através do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) gerido pela SECADI/MEC (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação) na gestão da presidenta Dilma Rousseff (2011-2015), sem o qual seria impossível a operacionalização de um curso de dois anos de duração em cinco cidades de diversas regiões do estado de Santa Catarina. Agradecemos, sobretudo, os investimentos que durante os últimos 13 anos possibilitaram a expansão de políticas públicas de combate a fome, ao racismo, sexismo, lesbofobia, homofobia, transfobia e ao capacitismo. Infelizmente, a conjuntura política no último ano quase impossibilitou a conclusão desta 3ª edição do GDE, sobretudo depois da extinção da SECADI, que foi criada em 2004 e que possibilitou a realização de centenas de cursos com temáticas que versavam sobre diferenças, desigualdades e direitos humanos em todo o Brasil. Uma política de governo que infelizmente não se concretizou em uma política de Estado, ao contrário, vem sendo extinguida e criminalizada por diversos setores conservadores na sociedade. Que essa especialização seja lembrada como um espaço de resistência e de luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

Agradeço também à sociedade em geral, que proporcionou a possibilidade concluir um curso de pós-graduação na Universidade Federal de Santa Catarina, uma universidade pública e gratuita, bem como a todos os professores pelo conhecimento adquirido.

À minha querida amiga Laura Gomez pelas sugestões e orientações dadas.

E por fim, um agradecimento especial aos estudantes que participaram do grupo de estudos Fridas, pela disposição e comprometimento e, sobretudo pelos conhecimentos adquiridos e o compartilhamento de um ideal que se propõe a construir uma sociedade mais justa e igualitária.

SUMÁRIO

RESUMO	7
ABSTRACT	8
1. INTRODUÇÃO	10
2 PROBLEMA DE PESQUISA	14
2.1 OBJETIVO GERAL	14
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	14
3 MÉTODO DE PESQUISA	15
3.1 Pesquisa Bibliográfica.....	15
3.2 Pesquisa de Campo	15
4 CENÁRIO DO ESTUDO E CONTEXTO HISTÓRICO	18
5 O ESTUDO DE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL NA ESCOLA.....	20
6 A IMPORTÂNCIA DE SE FALAR SOBRE GÊNERO NA ESCOLA.....	25
7 DISCUSSÕES SOGRE GÊNERO	29
8 INTERVENÇÕES PARA FAZER PENSAR E (RE) CONSTRUIR	31
8.1 Cena contra a cultura do estupro.....	31
8.2 Festa Junina: Tem gênero e diversidade? Tem sim “sinhô”!	34
8.3 Mulheres se empoderando até no banheiro da escola	35
8.4 Movimenta na Praça: Café com Diversidade	40
8.5 25 de Novembro: Dia Internacional da Não violência contra a Mulher	43
9 RESULTADOS E ANÁLISES	46
10 CONCLUSÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS.....	51

RESUMO

Apesar da necessidade evidente de discussão e reflexão sobre as questões de gênero e diversidade, a escola, de modo geral não coloca essas questões em pauta. Com o intuito de promover o debate e a reflexão sobre questões que envolvem as diversidades, surge a ideia de criar e coordenar um grupo de estudos na escola EEB José Rodrigues Lopes, em Garopaba. Este trabalho utilizou-se do método de pesquisa de intervenção, que são aplicadas, ou seja, têm como finalidade contribuir para a solução de problemas práticos. A proposta educacional deste projeto contempla diversos tópicos acerca da busca pela inclusão de “minorias”, inclusive enfatizando o resgate histórico de grande parcela da sociedade excluída do currículo escolar – e da sociedade, em geral –, como a comunidade negra e afrodescendente, as mulheres, indígenas, etc. A proposta do grupo é discutir alguns temas em reuniões mensais e promover intervenções na escola e na comunidade. No ano de 2016 pautamos temáticas referentes às mulheres e aos movimentos feministas, visando promover o debate e auxiliar na desconstrução de preconceitos e combater à discriminação e as desigualdades de gênero, com isso visando promover o respeito e valorização às diversidades. Percebeu-se que a proposta de pautar essas discussões aos poucos vai gerando transformação a partir das reflexões pautadas no decorrer do ano letivo, auxiliando assim na desconstrução de estereótipos e preconceitos, com o intuito de promover o respeito às diversidades.

Palavras-chave: Gênero. Diversidade. Escola.

ABSTRACT

Despite the obvious need for discussion and reflection on issues of gender and diversity, the school does not generally address these issues. In order to promote debate and reflection on issues involving diversity, the idea arises of creating and coordinating a study group at the EEB José Rodrigues Lopes School in Garopaba. This work was done using the intervention research method, which are applied, that is, have the purpose of contributing to the solution of practical problems. The educational proposal of this project contemplates several topics about the search for the inclusion of "minorities", including emphasizing the historical recovery of a large part of society excluded from the school curriculum - and society in general - as the black and Afrodescendant community, women, Indigenous, etc. The group's proposal is to discuss some topics at monthly meetings and to promote interventions at school and in the community. In the year 2016, we focused on themes related to women and feminist movements, aiming to promote debate and help in the deconstruction of prejudices and to combat discrimination and gender inequalities, with the aim of promoting respect and appreciation of diversity. It was noticed that the proposal to guide these discussions gradually is generating transformation from the reflections based on the course of the school year, thus helping in the deconstruction of stereotypes and prejudices, with the aim of promoting respect for diversity.

Key words: Gender. Diversity. School.

1. INTRODUÇÃO

Apesar da necessidade evidente de discussão e reflexão sobre as questões de gênero e diversidade, a escola, de modo geral não coloca essas questões em pauta. Atualmente, enfrentamos um momento de retrocessos e conservadorismo no que diz respeito a essas questões, apesar de as leis e diretrizes educacionais apresentarem esses temas como importantes e relevantes na formação dos estudantes.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (PCNs), como políticas específicas introduzem explicitamente as relações de gênero e a diversidade sexual em suas proposições sobre o conteúdo e a prática docente no âmbito da educação infantil e do ensino fundamental. Os PCN para o ensino fundamental trazem como eixo central da educação escolar o exercício da cidadania. Isso pode ser constatado em vários dos objetivos gerais do ensino fundamental. No início de todos os volumes dos parâmetros, se destaca, dentre vários aspectos, a cidadania como participação social e política, exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais; estimula-se o posicionamento crítico e contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crença, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais.

O tópico de Orientação Sexual ganha relevo ao apresentar como objetivo “combater relações autoritárias, questionar a rigidez dos padrões de conduta estabelecidos para homens e mulheres e apontar para sua transformação”, incentivando, nas relações escolares, a “diversidade de comportamento de homens e mulheres”, a “relatividade das concepções tradicionalmente associadas ao masculino e ao feminino”, o “respeito pelo outro sexo” e pelas “variadas expressões do feminino e do masculino” (PCNs, 1997, v.10, p.144-6). A sexualidade, por sua vez, é apresentada como uma construção marcada pela história, pela cultura e pela ciência, como também pelos afetos e sentimentos, expressando-se então com singularidade em cada um. Os textos nos dois conjuntos ressaltam que crianças e jovens trazem esses valores e significados à escola, mas aquela instituição também é um lugar que propicia o questionamento das desigualdades de gênero.

Já no Plano Nacional de Educação (PNE 2014) que foi aprovado pela Lei 13.005 em 25 de junho de 2014 e tem vigência para os próximos dez anos, como nos mostra Vianna e Unbehaum (2004), é possível perceber a ausência da temática de gênero, sexualidade e combate à homofobia. A autora aponta que:

[...] a compreensão das relações de gênero pela escola corre o risco de permanecer velada, uma vez que as políticas públicas, como no caso dos PNE, não as mencionam e quando o fazem não exploram em todos os temas e currículos os antagonismos de gênero presentes na organização do ensino e do cotidiano escolar. (VIANNA; UNBEHAUM, 2006, p.6).

Outro documento que prevê as discussões sobre gênero e diversidade nas escolas é o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH/2007), que aborda em seu texto as seguintes questões de gênero e diversidade:

b) exercitar o respeito, a tolerância, a promoção e a valorização das diversidades (étnico-racial, religiosa, cultural, geracional, territorial, físico-individual, de gênero, de orientação sexual, de nacionalidade, de opção política, dentre outras) e a solidariedade entre povos e nações; (BRASIL, 2007, p.25)

d) a educação em direitos humanos deve estruturar-se na diversidade cultural e ambiental, garantindo a cidadania, o acesso ao ensino, permanência e conclusão, a equidade (étnico-racial, religiosa, cultural, territorial, físico-individual, geracional, de gênero, de orientação sexual, de opção política, de nacionalidade, dentre outras) e a qualidade da educação; (BRASIL, 2007, p.32)

e) fomentar a inclusão, no currículo escolar, das temáticas relativas a gênero, identidade de gênero, raça e etnia, religião, orientação sexual, pessoas com deficiências, entre outros, bem como todas as formas de discriminação e violações de direitos, assegurando a formação continuada dos(as) trabalhadores(as) da educação para lidar criticamente com esses temas; (BRASIL, 2007, p.33).

Na Proposta Curricular de Santa Catarina 2014, o documento aponta para a “atenção à concepção de diversidade no reconhecimento das diferentes configurações identitárias e das novas modalidades da educação”. (SANTA CATARINA, 2014, p.20).

Outro importante documento na área de gênero e sexualidade do Estado de Santa Catarina destaca-se a Resolução Nº 132 do CEE/SC (2009) - Nome Social.

Art 1º Determinar, quando requerido, que as escolas/instituições vinculadas ao Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina que, em respeito à cidadania, aos direitos humanos, à diversidade, ao pluralismo, à dignidade humana, além do nome civil, incluam o nome social de travestis e transexuais nos registros escolares internos. [...]

Art. 4º O nome social deverá acompanhar o nome civil em todos os registros e documentos escolares internos, inclusive ser usual na forma de tratamento.

Art. 5º O (a) aluno(a) poderá requerer, a qualquer tempo, por escrito, a inclusão do seu nome social nos documentos escolares internos

Art. 6º A escola/instituição deverá, viabilizar as condições necessárias de respeito as individualidades, mantendo programas educativos de combate a homofobia, assegurando ações e diretrizes prevista no plano nacional da cidadania e dos direitos humanos.

Art. 7º No ato da expedição do histórico escolar, no certificado e no diploma constará somente o nome civil. (SANTA CATARINA, 2009, p.1-2).

Mesmo que estas questões sejam mencionadas em vários documentos que norteiam as práticas pedagógicas, observa-se que nas escolas que esses temas continuam no esquecimento, enquanto os preconceitos e atos discriminatórios, tanto com relação a gênero, quanto às múltiplas diversidades que compõe o ambiente escolar continuam sendo reproduzidas no cotidiano sem que sejam problematizadas e discutidas, tanto pelos estudantes, quanto pelas professoras e professores.

Com o intuito de promover o debate e a reflexão sobre questões que envolvem as diversidades, surge a ideia de implementar, organizar e coordenar um grupo de estudos na escola EEB José Rodrigues Lopes, em Garopaba. A proposta educacional deste projeto contempla diversos tópicos acerca da busca pela inclusão de “minorias”, inclusive enfatizando o resgate histórico de grande parcela da sociedade excluída do currículo escolar – e da sociedade, em geral –, como a comunidade negra e afrodescendente, as mulheres, indígenas, etc. A proposta do grupo é discutir alguns temas em reuniões mensais e promover intervenções na escola e na comunidade para promover o debate e a desconstrução de preconceitos, com isso visando promover o respeito e valorização às diversidades.

Historicamente, a mulher sempre desempenhou papéis de baixa relevância social. A partir do final do século XIX, uniram-se para conquistar o direito de votar e estudar. Deste período aos dias atuais muito coisa mudou. Portanto, ainda vivenciamos na escola e na sociedade em geral muitos preconceitos e atos discriminatórios com relação às mulheres. Levando em consideração tal cenário, no primeiro ano, nas reuniões foram abordados temas ligados às mulheres e os movimentos feministas.

A mulher tem acesso à educação, mas os espaços educacionais continuam voltados para o desenvolvimento masculino. Apesar de estar presente no mercado de trabalho há algumas décadas, Segundo dados do relatório de desenvolvimento humano da ONU, as mulheres continuam ganhando 30% a menos do que o homem, mesmo quando desempenha as mesmas funções. Ainda nos deparamos cotidianamente com situações onde as mulheres são brutalmente espancadas pelo marido, namorado, companheiro, etc. A cultura do estupro ainda é disseminada e as mulheres precisam enfrentar no dia-a-dia toda forma de violências, materiais e simbólicas. Essa situação faz com que em pleno século XXI as mulheres ainda morram todos os dias somente pelo fato de serem mulheres.

Para a continuidade dos estudos do grupo a intenção é que os temas para os encontros sejam definidos pelos participantes, para que contemple seus anseios e necessidades e torne o processo participativo e significativo para todas e todos.

O ambiente escolar deve ser um espaço de diálogo e problematização das questões que envolvem gênero e diversidade. Só assim poderemos desconstruir padrões de comportamentos e relacionamentos que são perpetuados por séculos na nossa sociedade. Sociedade esta construída baseada em um modelo patriarcal, branco, elitista e que só aceita o que considera “normal” a partir de estereótipos pré-estabelecidos, não considerando a grande diversidade presente na escola e na sociedade em geral.

Dessa forma buscamos construir um mundo com menos desigualdades e mais justo e uma escola mais participativa em seus processos educacionais, mesmo que essa semente venha a germinar seus frutos em um mundo que nunca veremos.

2 PROBLEMA DE PESQUISA

2.1 OBJETIVO GERAL

Criar e avaliar a implantação de um grupo de estudos sobre questões de gênero e diversidade, identificando a percepção dos participantes sobre o processo e a importância de um grupo de estudos que levante o debate e a reflexão sobre temas que envolvem essas temáticas no ambiente escolar, tendo como objetivo problematizar tais questões buscando combater e auxiliar na desconstrução das diversas formas de preconceito e discriminação que se materializam na escola.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Criar um grupo de estudos na escola sobre temas de gênero e diversidade.
2. Discutir/problematizar questões que envolvem as diversidades.
3. Contribuir para a desconstrução de estereótipos e conceitos pré-estabelecidos geradores de preconceito e discriminação identificados no momento da criação do grupo.
4. Realizar o levantamento de temas de interesse do grupo relacionados às questões de gênero e diversidade.
5. Pautar a discussão de temas relacionados às questões de gênero e diversidade auxiliando na construção de uma cultura de respeito às diversidades.
6. Buscar tornar a escola uma instituição mais justa no que diz respeito às suas múltiplas diversidades.
7. Auxiliar na formação de cidadãos que promovam e multiplicam ideias de igualdade, respeito e justiça.

3 MÉTODO DE PESQUISA

3.1 Pesquisa Bibliográfica

Para obtenção dos dados, primeiramente realizou-se um levantamento bibliográfico. A pesquisa bibliográfica foi realizada com intuito de se fazer um levantamento sobre os principais trabalhos científicos já realizados sobre o tema escolhido. Segundo Gil (2007), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos, permitindo ao investigador cobrir uma gama de fenômenos muito mais ampla. A pesquisa bibliográfica é uma atividade de localização e consulta de fontes diversas de informação escrita, com o objetivo de coletar dados gerais ou específicos a respeito de determinado tema.

A pesquisa bibliográfica, neste trabalho, baseou-se na utilização dos conceitos de diferentes autores consultados em livros e artigos e também documentos relacionados à educação.

3.2 Pesquisa de Campo

Dentro de uma abordagem qualitativa, a pesquisa preocupa-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Para Minayo,

“a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001).

Este tipo de pesquisa, aplicada inicialmente em estudos de Antropologia e Sociologia, como contraponto à pesquisa quantitativa dominante, tem alargado seu campo de atuação a áreas como a Psicologia e a Educação. Segundo Lüdke e André (1986, p. 13), que fazem uma discussão sobre a pesquisa em educação, dentro de uma

vertente qualitativa, dois tipos de se fazer pesquisa nessa área são considerados. Segundo as autoras, a pesquisa etnográfica e o estudo de caso “vêm ganhando crescente aceitação na área de educação, devido principalmente ao seu potencial para estudar as questões relacionadas à escola”.

Este trabalho utilizou-se do método de pesquisa de intervenção, que são aplicadas, ou seja, têm como finalidade contribuir para a solução de problemas práticos. Elas se opõem às pesquisas básicas, que objetivam ampliar conhecimentos, sem preocupação com seus possíveis benefícios práticos (GIL, 2010).

A classificação das intervenções como pesquisas é igualmente apoiada por suas semelhanças com a pesquisa-ação – procedimento metodológico já consagrado e bastante utilizado na Educação. Os pontos de convergência entre a pesquisa-ação e a pesquisa do tipo intervenção pedagógica podem ser resumidos da seguinte forma, com base, principalmente, nas ideias de Tripp (2005) e Thiollent (2009):

1) O intuito de produzir mudanças: Este propósito diferencia as pesquisas do tipo intervenção e as pesquisas-ação das pesquisas observacionais, cujo objetivo se restringe a descrever e/ou explicar os fenômenos investigados, sem neles interferir.

2) A tentativa de resolução de um problema: Segundo Thiollent (2009), a especificidade da pesquisa ação está na organização, no desenrolar e na avaliação de uma ação voltada à resolução de um problema coletivo, na qual pesquisadores e participantes atuam de modo cooperativo ou participativo. Tripp (2005), igualmente, descreve a pesquisa-ação, voltada ao contexto educativo, como um método que, essencialmente, envolve tentativas continuadas, sistemáticas e empiricamente fundamentadas de aprimorar determinada prática, ou seja, de testar maneiras de enfrentar os problemas nela detectados. Essa tentativa de resolução de problemas também se aplica à pesquisa do tipo intervenção pedagógica.

3) O caráter aplicado: Conforme Tripp (2005), a pesquisa-ação educacional é uma “forma de pesquisa feita pelo prático, adaptada às exigências (formais) de trabalhos acadêmicos” (p. 463). Tal afirmação aplica-se, da mesma forma, às intervenções, como já foi discutido.

4) A necessidade de diálogo com um referencial teórico: De acordo com Thiollent (2009), sem o diálogo com as teorias existentes, uma pesquisa não teria significado. A esse respeito, o autor acrescenta que a pesquisa-ação não se limita à ação, o que poderia caracterizá-la como ativismo. Além da resolução de problemas, a

pesquisa-ação tem o propósito de aumentar o conhecimento dos pesquisadores sobre as maneiras de enfrentar tais problemas. Esses dois aspectos também caracterizam as pesquisas do tipo intervenção pedagógica, que apresentam potencial para testar a pertinência das ideias teóricas que as embasam.

5) A possibilidade de produzir conhecimento: Thiollent (2009) argumenta que a produção de conhecimento proveniente de pesquisas-ação pode contribuir para “o esclarecimento de microssituações escolares e para a definição de objetivos de ação pedagógica e de transformações mais abrangentes” (p. 81). Igualmente, para além da intenção de testar ideias teóricas, pondo-as em prática, as intervenções pedagógicas têm o objetivo de promover avanços nessas ideias, contribuindo para a produção de teoria educacional. Embora essas semelhanças entre as pesquisas do tipo intervenção e as pesquisas-ação possam ser usadas como argumento para atribuir condição de pesquisa às primeiras, é importante que as duas não sejam confundidas. Há importantes aspectos que as diferenciam. Thiollent (2009, p.16) comenta que muitos partidários da pesquisa-ação associam-na “a uma orientação de ação emancipatória e a grupos sociais que pertencem às classes populares ou dominadas”. Isso não ocorre, necessariamente, na pesquisa intervencionista. Esta, embora vise a promover avanços educacionais, não apresenta, como foco principal, tais objetivos emancipatórios, de caráter político-sociais, também apontados por Grabauska & de Bastos (2001). Outra diferença estaria no quesito participação que, no planejamento e na implementação de uma pesquisa-ação, envolveria todos os participantes (THIOLLENT, 2009).

Para a participação no grupo de estudos foi efetuado um convite a todas e todos os estudantes, professores e funcionários da escola, sendo a participação aberta também a toda à comunidade. A coleta de dados foi feita a partir de encontros para realização dos estudos de forma mensal, em alguns momentos precisando fazer ajustes no calendário.

No planejamento foram elencados alguns temas que considerava importante para os estudos com relação às mulheres, porém, no decorrer do ano foi necessário à modificação do planejamento anteriormente pensado. Primeiramente pela observação do grupo e as suas necessidades, como também a necessidade de problematizar algumas questões que vinham à tona através da mídia, havendo a emergência do debate dessas questões.

Uma das formas encontradas para complementar as informações foi através da entrevista (APÊNDICE 02). Esta é definida por Haguette (1997, p. 86) como um “processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado”. Como o intuito era o de coletar dados subjetivos, estes só poderiam ser obtidos através da entrevista, pois eles se relacionam com os valores, às atitudes e às opiniões dos sujeitos entrevistados.

A entrevista foi utilizada para coletar entre os participantes a opinião sobre as atividades do grupo durante o ano, sobre as dinâmicas utilizadas e os temas propostos para discussão. Os questionamentos serviram também para perceber se suas expectativas foram alcançadas ou não e a importância da participação no grupo de estudos em gênero e diversidade - Fridas. Além disso, para levantar questões que gostariam de colocar em pauta para serem discutidas e ações para dar continuidade ao grupo em 2017.

4. CENÁRIO DO ESTUDO E COXTEXTO HISTÓRICO

Garopaba está situada no litoral centro-sul de Santa Catarina, possui área de 108,1 Km², com aproximadamente 60% de sua superfície montanhosa, sua costa é formada por enseadas recortadas, suas planícies caracteriza-se pela presença de banhados e pela formação de lagoas.

A história de Garopaba teve início em 1666, com a chegada dos primeiros imigrantes açorianos, que se dedicaram principalmente à caça da baleia - que durou até 1800. Em 1846, Manoel Marques Guimarães funda a Freguesia de Garopaba e constrói a Igreja Matriz, a casa paroquial e o cemitério. Redescoberta em 1970 pelos hippies gaúchos e pelos amantes da natureza, a cidade mudou seu perfil tipicamente pesqueiro e agrícola e tornou-se um reduto de surfistas de todo o País. Garopaba, inicialmente uma vila de pescadores artesanais, passa a crescer impulsionado por suas características naturais e pela própria condição de colônia de pesca. Segundo Livia Guilardi,

“A partir das transformações na organização social de Garopaba/SC pelo desenvolvimento de sua economia pautado no turismo de massa, usufruindo de suas belezas naturais, refletimos aqui acerca das novas

características observadas no meio rural, partindo da relação campo-cidade que se conforma. Até a década de 1970 o município caracterizava-se como uma vila de pescadores com meio rural ocupado pela produção agrícola familiar, e níveis de subsistência. Como consequência do desenvolvimento industrial brasileiro, o litoral de Santa Catarina teve sua organização socioeconômica, e conseqüentemente sua organização espacial, fortemente alterado devido o desenvolvimento do turismo de massa, com a atividade de veraneio”. (Guilardi,2012)

Até 1953, Garopaba, uma vila subordinada ao município de Palhoça, convivia com as dificuldades ocasionadas pelas pequenas condições de atendimento educacional à população.

Segundo a professora de história da unidade educacional, Silvana Cervo, 47 anos, formada pela Universidade Federal de Santa Maria, em texto elaborado para um jornal em comemoração aos 60 anos da escola, não publicado, “em 1909 funcionava apenas a Escola Pública Feminina, a qual se tornou Escola Estadual Feminina em 1938. Somente em 1939 surgiu a Escola Mista Estadual e em 1950 a Escola Mista Estadual Desdobrada, localizada próxima a Igreja Matriz”.

Ela ainda relata que “durante a administração do governador Irineu Bornhausen, a comunidade de Garopaba assistiu a inauguração e criação do “GRUPO ESCOLAR PROFESSOR JOSÉ RODRIGUES LOPES”, em 13 de abril de 1953, num terreno de 9.060,36 m², localizado a rua Antônio José Botelho, centro da cidade, doado pelos Senhores Liberato Quirino da Silva e Ananias Gustavo do Nascimento.”

Sobre a estrutura física da instituição, a professora Silvana Cervo diz que “inicialmente a escola funcionava com 4 salas de aula, 1 gabinete para o diretor, 1 sala para as associações, 1 sala para dentista e a residência do diretor com 4 peças. Atendia naquele momento a 117 alunos divididos em 6 turmas. Em atendimento as novas necessidades da comunidade, em 1967 foi criado o “Ginásio Normal Professor José Rodrigues Lopes”, iniciando com o 5º. ano preparatório para o Exame de Admissão, possibilitando o ingresso no Ginásial.”

Em 1971, pelo decreto nº. 10.436, conforme exigências da Lei Federal nº. 5.692, passou a denominar-se “Escola Básica Professor José Rodrigues Lopes”, atendendo a comunidade garopabense, do primário ao ginásial.

No ano de 1981, a instituição passa a chamar-se “Colégio Estadual Professor José Rodrigues Lopes”, adquirindo assim o seu primeiro curso de 2º. Grau – Habilitação Básica para o Comércio, ministrado até 1987. de 1984.

Em 1986, a escola passou a ter um novo curso de 2º. Grau – Habilitação Magistério em 1º. Grau – 1ª. a 4ª. série. Esta habilitação sofreu algumas mudanças na sua grade curricular e na sua nomenclatura até o seu final, em 1998, com a Habilitação Magistério Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental.

Em 1987, essa instituição passou a oferecer também o ensino Pré-Escolar.

De 1991 a 1998, a instituição teve paralelamente dois cursos de 2º. Grau: o Magistério e a Educação Geral, este a partir de 1992.

Entre 1999-2002, a escola conforme exigências de leis federais e estaduais, o 2º. Grau passou a denominar-se de Ensino Médio e em 2001 o nome do colégio mudou para “Escola de Educação Básica Professor José Rodrigues Lopes”.

Sessenta anos depois da sua criação,segundo a professora Silvana Cervo, “a escola atendia, aproximadamente 1.420 alunos, divididos em: uma turma de 1º. ano, uma turma de 3º. ano, uma turma de 4º. ano, uma turma de 5º. ano, oito turmas de 6º. ano, sete turmas de 7º. ano, onze turmas de 8ª. séries, todas do Ensino Fundamental. Já no Ensino Médio, temos: nove turmas de 1ª. série, seis turmas de 2ª. serie e cinco turmas de 3ª. serie”.

Atualmente a escola possui 18 salas de aula, 1 sala informatizada, 1 biblioteca, 1 auditório, 1 sala de direção, 1 sala para secretaria, 1 sala para o setor pedagógico, 1 sala para SAEDE/DA e Grêmio Estudantil, 1 ginásio, 1 sala dos professores, 1 cozinha escolar e refeitório atendendo 1400 alunos de ensino fundamental e médio.

4 O ESTUDO DE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL NA ESCOLA

No Brasil, a educação inclusiva está amparada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), que assegura o direito à escola a todas as pessoas

(brasileiras ou estrangeiras residentes no país), sem discriminar negativamente singularidades ou características específicas de indivíduos ou grupos humanos. O Plano Nacional de Educação, de 2001 (Lei nº 10.172), embora surgido em um contexto de profunda mobilização social, foi conservador em seu tratamento dos temas relativos a gênero e orientação sexual. De fato, apesar de ter sido produzido quando as desigualdades de gênero e a necessidade de superá-las ocupavam um importante espaço nos debates na sociedade brasileira, a menção do tema gênero se deu apenas em alguns de seus tópicos e na análise diagnóstica de alguns níveis de ensino (VIANNA e UNBEHAUM, 2004).

Conforme observa Guacira Lopes Louro, as políticas curriculares são, então, alvo da atenção [de setores conservadores], na tentativa de regular e orientar crianças e jovens dentro dos padrões que consideram moralmente sãos. (LOURO, 2004a, p.130). Mas, diversas iniciativas, esparsas em todo o país, pautaram discussões sobre corpo, sexualidade, gênero, identidade de gênero e orientação sexual no ambiente escolar.

Entre 1989 e 1992, a Secretaria Municipal de Educação da cidade de São Paulo lançou cursos de formação de professores/as em que, nitidamente, as temáticas relativas a gênero e sexualidade não tinham pressupostos e valores calcados em um certo tipo de educação sexual disciplinadora, voltada a preservar valores conservadores (como o da conjugalidade heterossexual) e a normalizar determinados indivíduos e marginalizar outros. Cursos dirigidos a professores/as, jovens e, mais tarde, a crianças, incentivando atitudes críticas e transformadoras no que se referia às relações de gênero e aos temas da sexualidade; buscavam desenvolver a capacidade de questionamento e a curiosidade acerca da construção social do saber, ao mesmo tempo em que sublinhava a necessidade de se trabalhar os temas relativos à sexualidade, de maneira a não confiná-las às aulas de ciências. Sendo assim, as discussões em torno das relações de gênero não excluem e nem diminuem a importância das reflexões sobre a regulação social da sexualidade.

Ao longo dos processos de construção dos gêneros e das relações que se estabelecem em função disso, são praticamente onipresentes as injunções da heteronormatividade, com seus mecanismos de controle. O termo heteronormatividade refere aos ditados sociais que limitam os desejos sexuais, as condutas e as identificações

de gênero que são admitidos como normais ou aceitáveis àqueles ajustados ao par binário masculino/feminino.

Desse modo, toda a variação ou todo o desvio do modelo heterossexual complementar macho/fêmea – ora através de policiamento e censurar referentes a gênero e sexualidade. Segundo uma ordem compulsória do sexo-gênerosexualidade (BUTLER, 2003, p.26). A regulação normalizadora da produção de identidades sexuais e de gênero costuma ser articulada a sistemas de produção de crenças naturalizantes que associam, de modo binário, identidades e diferentes formas de expressão do desejo sexual. E as sobre orientação sexual se referindo à direção ou à inclinação do desejo afetivo e erótico. De maneira simplificada, pode-se afirmar que esse desejo, ao direcionar-se, pode ter como único ou principal objeto pessoas do sexo oposto (heterossexualidades), pessoas do mesmo sexo (homossexualidades) ou de ambos os sexos (bissexualidades) (JESUS et al., 2006, p.46). Todas no plural, pois são inúmeras e dinâmicas suas formas de expressão e representação.

Orientação sexual é um conceito que, ao englobar e reconhecer como legítimo um extremamente diversificado conjunto de manifestações, sentimentos e práticas sociais, sexuais e afetivas, desestabiliza concepções reificantes, heterocêntricas, naturalizantes e medicalizadas (que insistem em falar de homossexualismo). Conforme informações contidas nos Cadernos Secad, 2007 (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação), o grau de envolvimento dos movimentos sociais nas temáticas de gênero e diversidade na escola é intenso e, em muitos casos, bastante especializado, tendo em vista que discriminação, racismo, sexismo, homofobia, miséria, fome e das diversas formas de violência presentes na sociedade brasileira foi protagonizado, por muito tempo, por tais movimentos.

Assim, o Estado, ao assumir sua responsabilidade em relação ao resgate das imensas dívidas sociais, dentre elas a educacional, precisam dialogar intensamente com esses atores a fim de desenvolver políticas públicas efetivas e duradouras. Com a crescente mobilização de diversos setores sociais em favor do reconhecimento da legitimidade de suas diferenças tem correspondido a percepção cada vez mais aguda do papel estratégico da educação para a diversidade. Ela é vista como um fator essencial para garantir a inclusão, promover igualdade de oportunidades e enfrentar o

preconceito, discriminação e violência, especialmente no que se refere a questões de gênero e sexualidade.

Para isso, é preciso considerar a experiência escolar como fundamental para que tais conceitos se articulem, ao longo dos processos em que noções de corpo, gênero e sexualidade, entre outras, são socialmente construídas e introjetadas. Uma experiência que apresenta repercussões na formação identitária de cada indivíduo, incide em todas as suas esferas de atuação social e é indispensável para proporcionar instrumentos para o reconhecimento do outro e a emancipação de ambos. A escola e, em particular, a sala de aula, é um lugar privilegiado para se promover a cultura de reconhecimento da pluralidade das identidades e dos comportamentos relativos a diferenças.

Daí, a importância de se discutir a educação escolar a partir de uma perspectiva crítica e problematizadora, questionar relações de poder, hierarquias sociais opressivas e processos de subalternização ou de exclusão, que as concepções curriculares e as rotinas escolares tendem a preservar. (SILVA, 1996, p. 49) Para Sérgio Carrara, 2009, a importância de se discutir a educação escolar a partir de uma perspectiva crítica, que traga a percepção do aluno/a, nos discursos homofóbicos, misóginos ou sexistas e racistas, possibilitará um diálogo em sala de aula favorável a desconstrução de um contexto histórico patriarcal, heteronormativo e branco.

Ainda, segundo Sérgio Carrara (2009), “além de relações históricas, há em situações bem cotidianas uma espécie de sinergia entre atitudes e discursos racistas, sexistas e homofóbicos. Um exemplo talvez banal: se um adolescente ou aluno manifestar qualquer sinal de homossexualidade, logo aparece alguém chamando-o de “mulherzinha” ou “mariquinha”. O que poucos se perguntam é por que ser chamado de mulher pode ser ofensivo. Em que sentido ser feminino é mau? Aqui pode ser visto o modo como a misoginia e a homofobia se misturam e se reforçam. “A discriminação em relação às mulheres ou ao feminino articula-se à discriminação dos sexualmente diferentes, daqueles que, são sexualmente atraídos por pessoas do mesmo sexo” (CARRARA, 2009).

Neste contexto, as sociedades também estão em fluxo contínuo, produzindo a cada geração novas ideias, estilos, identidades, novos valores e novas práticas sociais. Se o projeto Gênero e Diversidade Sexual na Escola contribuir, um pouco que seja, para

a formação de uma geração que entenda o caráter vital da diferença (pelo menos de algumas delas), já terá cumprido em grande medida seu objetivo.

5 A IMPORTÂNCIA DE SE FALAR SOBRE GÊNERO NA ESCOLA

Na atualidade, podemos perceber que a sociedade mudou e a escola não acompanhou tais mudanças. O sistema educacional foi sendo moldado conforme os interesses de um sistema, onde se tornou um ambiente com práticas que tendem a servir ao mesmo. Dessa forma a diversidade dos sujeitos não é respeitada.

Na escola tradicional existem diversos fatores que deveriam ser repensados para que os estudantes se desenvolvessem de forma integral e que os aprendizados ocorressem de forma significativa. Ao contrário do que pensam alguns, as crianças e adolescentes não são um livro em branco, pois trazem consigo muitos conhecimentos e esses conhecimentos são completamente desvalorizados e descartados. Ainda hoje se pratica na escola o que Paulo Freire chamava de educação bancária, onde o professor é o protagonista do processo de ensino aprendizagem e não se considera os saberes dos alunos.

Os temas abordados nas salas de aulas muitas vezes não fazem conexão com a realidade e muito menos consideram a diversidade dos estudantes. O aluno não vê relevância para a sua vida no que está aprendendo, o que o deixa completamente desestimulado. Para o aluno as matérias são chatas e não são interessantes.

Será que o aluno vai para a escola para aprender de fato? Ou apenas para sentar, se acomodar e obedecer a normas? Nesse contexto, a escola tornou-se uma instituição que fomenta a homogeneização ao invés de valorizar as múltiplas habilidades e saberes, dificultando o acolhimento das diferenças. Ao se criar um padrão normativo, oprime-se a identidade dos sujeitos e qualquer comportamento que não siga as normas preestabelecidas exclui aquele que se difere desses padrões. Nesse ambiente que produz a homogeneização, os “diferentes” são excluídos e discriminados e se dá continuidade e reforçam-se os preconceitos construídos historicamente.

A escola deveria ser um espaço para desenvolver o senso crítico, desconstruir ao invés de reproduzir, contribuindo para a formação integral, humana e cidadã de cada sujeito respeitando a diversidade.

Vivemos em uma época marcada pela construção social dos papéis masculinos e femininos oriundos da relação de poder estabelecida entre homens e mulheres. Esta diferença, porém, tem privilegiado os homens, na medida em que a sociedade ainda não tem oferecido às mesmas oportunidades de inserção social e exercício de cidadania a todos/as (PEREIRA et al, 2007). Em nossa sociedade, a diferença entre homens e mulheres muitas vezes é hierarquizada, mantendo situações nas quais as mulheres tendem a ocupar um lugar inferior. Ou então, a diferença é utilizada como expressão de vitimização para favorecer interesses individuais.

Quando ignoramos essas diferenças ou atribuímos a elas valores permanentes sem atentar para as possibilidades de ruptura e de construção de novas definições do que é socialmente concebido como masculino e feminino, corremos o risco de reforçar a desigualdade de gêneros. As identidades de gênero são construídas pelos sujeitos ao se identificarem, social e historicamente, como femininos ou masculinos.

Faz-se necessário nas escolas levantar alguns questionamentos com o intuito de promover à reconstrução de ideias sobre a constituição de femininos e masculinos, sendo que devem ser vistos como elementos não necessariamente opostos ou essenciais, uma vez que a oposição não é inerente, mas sim, construída, e pode ser subvertida.

Louro (1997) defende que este conceito não significa que haja uma maneira pré-determinada que decida o que é ser homem e o que é ser mulher; não se deve considerar que há papéis masculinos e femininos, pois pensando assim

(...) não conseguiríamos examinar as múltiplas formas que podem assumir as masculinidades e as feminilidades como também as complexas redes de poder que (através das instituições, dos discursos, dos códigos, das práticas e dos símbolos...) constituem hierarquias entre os gêneros (p.24).

Com isto, percebemos que aprendemos e construímos as identidades do que é ser homem e mulher, e esta aprendizagem se processa em diversas instituições sociais, em tempos e lugares específicos (MEYER, 2008).

Para Louro (1997), os sujeitos se fazem homem e mulher em um processo contínuo, construído em práticas sociais masculinizantes e feminilizantes. Assim, o conceito de Gênero se firma, porque

(...) obriga aquelas/es que o empregam a levar em consideração as distintas sociedades e os distintos momentos históricos de que estão tratando. Afastase de (ou se tem a intenção de afastar) proposições essencialistas sobre os gêneros; a ótica está dirigida para um processo, para uma construção, e não para algo que exista a priori (p. 23).

Este conceito passa a reforçar a necessidade de se pensar que há muitas formas de sermos mulheres e homens, acentuando que essas representações são diversas, ao longo do tempo, ou no mesmo tempo histórico, nos diferentes grupos e segmentos sociais (MEYER; SOARES, 2008).

Neste cenário as práticas escolares adquirem extrema importância, pois são práticas políticas, historicamente contingentes e podem ser transformadas pelos sujeitos que as constroem.

O problema do preconceito de gênero, que afeta meninos e meninas, homens e mulheres, nas salas de aula e nos espaços escolares, tem base em um sistema educacional que reproduz, em alguns momentos, as estruturas de poder, de privilégios de um sexo sobre o outro e aparecem até mesmo nos livros didáticos e nas relações escolares. O ambiente escolar pode reproduzir imagens negativas e preconceituosas, por exemplo, quando professores relacionam o rendimento de suas alunas ao esforço e ao bom comportamento, ou quando as tratam apenas como esforçadas e quase nunca como potencialmente brilhantes, capazes de ousadia e liderança. O mesmo pode ocorrer com os alunos quando estes não correspondem a um modelo masculino predeterminado.

Contudo, a escola também pode reproduzir novos valores e atitudes, além de estereótipos e preconceitos. Com isso, a escola não só recria em seu interior preconceitos de gênero como também prepara garotas / mulheres para posições mais competitivas no mercado de trabalho, bem como estimula garotos / homens para

assumir funções de provedores de cuidado. Para que ocorram mudanças de condutas pedagógicas, na escola, com a intenção de atingir à equidade de gênero, não se deve contemplar nenhuma forma de discriminação. Assim, nestas instituições pode haver a produção de diferenças e desigualdades destes indivíduos, e também a informação, do que cada um/a pode ou não fazer e do lugar que meninos e meninas devam ocupar (LOURO, 1997). Pereira et al (2007) relata que até a forma que os meninos e as meninas brincam, na infância, pode influenciar inclusive na escolha das profissões que terão no futuro.

Observa-se que no ambiente escolar ainda se adotam posturas e atitudes que reforçam tais preconceitos, como à formação de filas, que possui o objetivo de manter a ordem, só que isso pode provocar diferença de gênero entre os/as envolvidos/as (PEREIRA et al, 2007). Destaca-se também o uso da expressão no masculino: o “professor”, o “aluno”. Então, devemos usar uma linguagem não-sexista para dar visibilidade à presença das mulheres e reconhecer a sua contribuição social (PEREIRA et al, 2007).

Outra forma de combater o preconceito e discriminação de gênero é quando os/as professores/as vão fazer a escolha dos livros didáticos. Devem também estar atentos/as, porque de forma indireta eles estão orientando sobre as questões de gênero, como por exemplo, por meio de seus textos escritos, de suas imagens, de suas fotografias, e na forma como apresentam e constroem culturalmente as mulheres e os homens (PEREIRA et al, 2007). Os livros didáticos podem abordar as relações de gênero e na escola não há preocupação dos docentes com essa questão. Por exemplo, os livros de História do Brasil devem fazer referência às mulheres, devem comentar a conquista das mulheres pelo direito ao voto, trazer a história do movimento feminista do século XX. Já nos livros de Ciências, deve-se prestar atenção se as imagens são de corpos femininos ou masculinos (PEREIRA et al, 2007). Os livros de História vêm retratando uma imagem puramente masculina, branca e heterossexual, enquanto a mulher e os gays, por exemplo, não são discutidos. Os livros não incorporam uma história social preocupada com a desconstrução dos estereótipos de gênero e da superação das desigualdades sociais entre homens e mulheres (PEREIRA et al, 2007). Alguns homens são considerados diferentes por se afastarem do padrão hegemônico que a sociedade apresenta e, dessa forma, experimentam práticas de discriminação ou

subordinação. Na nossa sociedade, são tidos como diferentes aqueles/as que não fazem parte da hegemonia branca, masculina heterossexual e cristã (LOURO, 1997).

Se as identidades de gênero estão se construindo e se transformando, há a necessidade de que profissionais da área de educação terem um olhar social e crítico diante dessas diferenças de gênero. Assim, o debate precisa se disseminar nos ambientes acadêmicos e educacionais, para que a inclusão da temática “gênero” seja efetivada, de fato, nos currículos escolares. Dessa forma, professores/as das diferentes disciplinas poderão lidar com o tema e com situações do cotidiano relacionadas a ele. Com esse procedimento, estaremos contribuindo para que a escola não seja um instrumento de preconceitos, mas de promoção e valorização das diversidades que enriquecem a sociedade brasileira. Por isso, a escola se configura como o caminho mais consistente e promissor para um mundo sem intolerância, mais plural e democrático.

6 DISCUSSÕES SOGRE GÊNERO

Com a luta e as conquistas dos movimentos feministas no mundo inteiro, muitas vezes temos a sensação de que as questões de gênero estão próximas de alcançar a equidade tão sonhada. Porém, a realidade ao nosso redor, evidenciam que a sociedade ainda é muito machista e as meninas e meninos ainda vivenciam em suas casas uma rotina que privilegia o homem. As tarefas do cotidiano sobrecarregam as meninas, que no futuro terão que dar conta da tal “dupla jornada”, diferente da maioria dos meninos. Fazendo uma análise desse modelo de educação fica claro o comportamento que observamos em crianças, adolescentes e jovens em outros ambientes sociais, inclusive na escola.

No ambiente escolar são muitas as situações que retratam a reprodução desses comportamentos machistas. Essas atitudes partem tanto das meninas, quanto dos meninos e quem deveria mediar esses conflitos e ajudar a desconstruir esses comportamentos muitas vezes não interfere. Os educadores, por vezes não percebem essas situações, já que também foram educados em ambientes muito machistas e conservadores e ainda ajudam a reforçar algumas questões e os que percebem essas situações, muitas vezes não sabem como agir.

As escolas são um reflexo da sociedade em que vivemos. Ainda hoje, vimos meninos que tratam as meninas como objeto. Como poderia ser diferente se ainda é permitido propagandas, novelas, filmes, músicas que ainda perpetuam essa imagem vulgarizada das mulheres? As escolas que optam pelo não uso de uniformes escolares ao invés de colocar em pauta algumas questões acabam reforçando essas visões machistas, já que a menina não tem a liberdade de escolher o que vestir por causa do olhar que os meninos terão sobre elas.

No início do ano letivo de 2016, professores e equipe de gestão reuniram-se para pensar e reelaborar o Plano Político Pedagógico. No que se refere às regras a serem seguidas havia uma menção ao comprimento permitido para o shorts das meninas (PPP,2015).. Dizia que as meninas só poderiam vestir-se com short bermuda com quatro dedos acima do joelho. Nenhum dos participantes da reunião interrogou sobre tal exigência. Percebendo que essa era uma questão que não era questionada, iniciei o debate sobre o assunto, argumentando a discriminação nela contida, e depois de muita discussão foi possível modificar essa regra para o ano que se iniciava. Porém, ainda consta no documento menção sobre a vestimenta das meninas (PPP, 2016).

Nos dias atuais muito dos papéis desempenhados por meninos e meninas ainda são definidos pelo pensamento machista construído historicamente. Percebe-se esse padrão de comportamento nos esportes, nas artes, no modo de agir, se posicionar,... Cabe a nós educadores fomentar essas discussões. Tanto meninos, quanto meninas têm o direito de experienciar atividades e papéis desvinculados desses padrões preestabelecidos e de preconceitos.

As questões que envolvem a temática de gênero não têm um papel de destaque no ambiente escolar e situações de preconceito e inferiorização das mulheres, em muitos casos ainda são aceitos com naturalidade. O papel da escola é criar um ambiente que gere o empoderamento dessas meninas e combater essas situações, além de promover a reflexão e debate. Não podemos permitir que a perversidade dessas ideias machistas continuem se perpetuando, que sejam reproduzidas e reafirmadas de geração em geração. Por isso, surge a vontade de criar um grupo de estudos que debata essas temáticas na escola, com o intuito de promover mudanças no modo de pensar e agir dos estudantes.

Foram realizados 09 encontros onde discutimos feminismo, papéis de gênero na infância, linguagem machista, a representação da mulher na mídia, violência de gênero e a cultura do estupro para tal foi utilizado textos e vídeos como guias para realização das reuniões do grupo de estudos. (ANEXO 01)

Além dos encontros para estudos, nos reunimos em outros momentos para organizar e produzir materiais para as intervenções citadas no próximo capítulo.

7 INTERVENÇÕES PARA FAZER PENSAR E (RE) CONSTRUIR

Com a intenção de promover o debate e a reflexão sobre as questões de gênero o grupo de estudos Fridas realizou no decorrer do ano de 2016 algumas intervenções na escola e na comunidade. Essas intervenções tiveram como objetivo pautar o debate sobre gênero e diversidade no ambiente escolar e também para fora dos muros da escola, fomentando a reflexão e buscando contribuir na construção de um ambiente escolar e uma sociedade com mais respeito às diversidades e maior igualdade e justiça.

7.1 Cena contra a cultura do estupro

Ao final do mês de maio de 2016, foi divulgada na mídia a notícia de um estupro coletivo no Rio de Janeiro. Segundo o site Brasil Post, uma menina de 16 havia sido estuprada por 33 homens e os vídeos do crime foram divulgados na internet pelos abusadores.

Nesse contexto surge um grande debate sobre a cultura do estupro. A “Cultura do estupro” é um termo usado para abordar as maneiras em que a sociedade culpa as vítimas de assédio sexual e normaliza o comportamento sexual violento dos homens, havendo a culpabilização da vítima. Essa “cultura” é uma consequência da naturalização de atos e comportamentos machistas, sexistas e misóginos, que estimulam agressões sexuais e outras formas de violência contra as mulheres. Esses comportamentos podem ser manifestados de diversas formas, incluindo cantadas de rua,

piadas sexistas, ameaças, assédio moral ou sexual, estupro e feminicídio. Na cultura do estupro, as mulheres vivem sobre constante ameaça, ferindo os direitos humanos, em especial os direitos humanos das mulheres.

Na escola, o tema também veio à tona, interpretado de diversas formas, inclusive com discursos tanto de professores, quanto de estudantes, que reproduziam essa cultura culpabilizando a vítima pelo estupro coletivo. Nas falas apareciam frases como: “Mas ela estava drogada”, “O que ela estava fazendo no morro?”, etc. Com isso, o Fridas sentiu a necessidade de intervir e gerar uma reflexão com o intuito de desconstruir essas ideias onde a violência contra as mulheres é naturalmente aceita e, sobretudo culpa da mesma.

Em uma das reuniões decidimos encenar um ato, onde uma mulher era submetida á agressões e violência sexual. A cena foi feita em todas as salas de aula, nos três turnos de aulas (matutino vespertino e noturno). Os estudantes que participaram do grupo entravam na sala de aula sem aviso prévio já atuando e ao final levantavam cartazes com frases contra a cultura do estupro.



7.2 Festa Junina: Tem gênero e diversidade? Tem sim “sinhô”!

No dia da festa junina da escola, no mês de junho, montamos uma barraquinha para a divulgação do grupo e dos nossos estudos e objetivos. Nessa intervenção conversamos com os participantes da festa – estudantes e comunidade em geral - sobre a atuação do grupo e temas relacionados às questões de gênero e diversidade.



7.3 Mulheres se empoderando até no banheiro da escola

A palavra “empoderamento” é descrita em dicionários da língua portuguesa como Aurélio e Houaiss. De acordo com eles, o termo conceitua o ato ou efeito de promover conscientização e tomada de poder de influência de uma pessoa ou grupo social, geralmente para realizar mudanças de ordem social, política, econômica e cultural no contexto que lhe afeta.

O empoderamento feminino, basicamente, se refere a dar poder para outras mulheres e cada mulher assumir seu poder individual. Com isso, há crescimento e fortalecimento do papel de todas na sociedade.

Um processo que tem ainda mais valor porque contribui para diluir a ideia de que nascemos para nos odiar e que devemos nos tratar como rivais. Um exercício de desconstrução de duas vias em que não só uma mulher, como duas ou mais, se beneficiam.

Muito se fala sobre empoderamento hoje em dia, porém, são necessárias ações que promovam esse tal empoderamento de mulheres e que se criem espaços que produzam tais debates e reflexões. Empoderar é enaltecer, botar uma menina ou uma mulher no degrau de cima, contribuir para que conquistem seus espaços, seja de fala ou de trabalho. Não menos importante: enaltecer a si mesma.

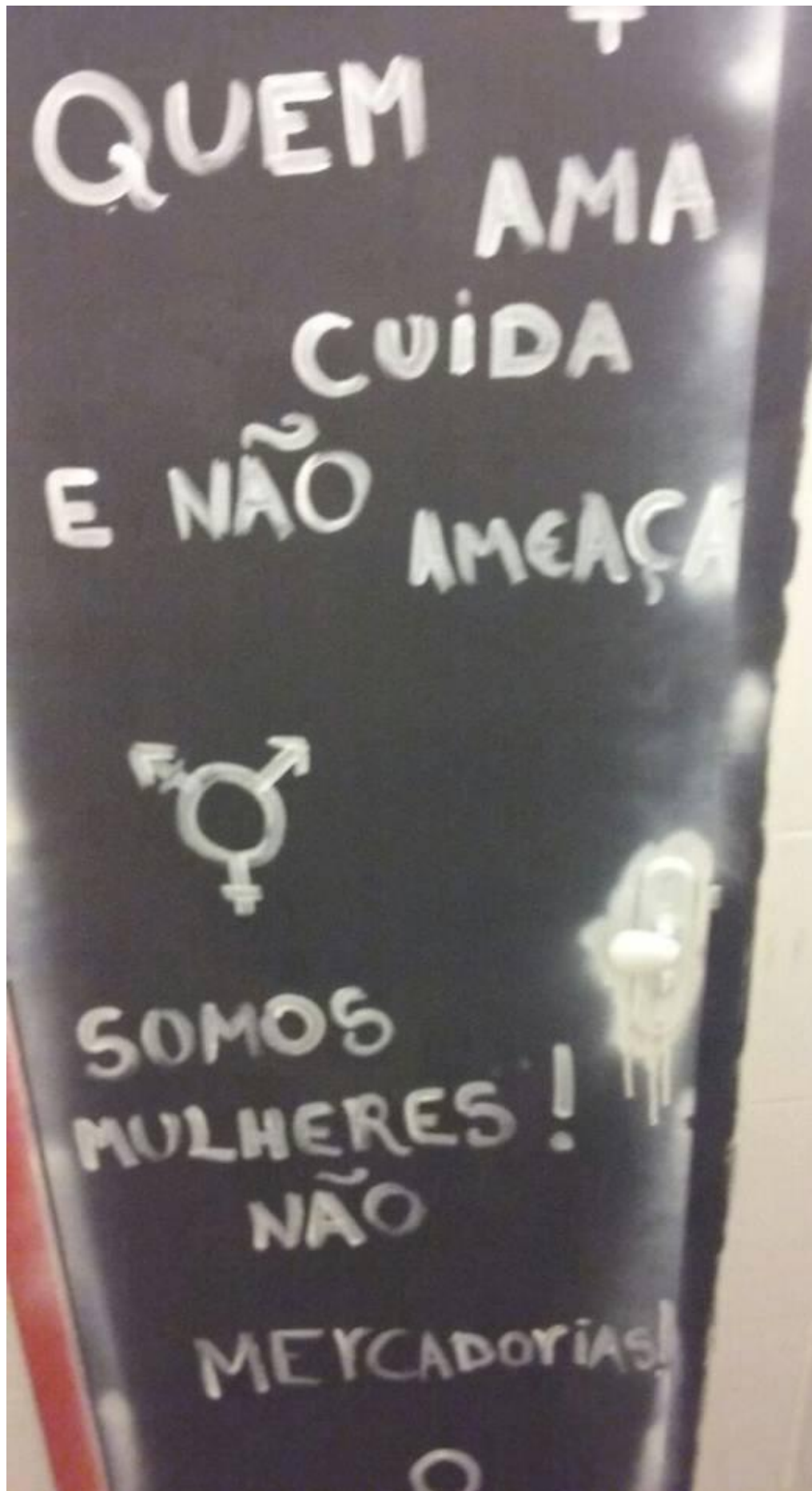
No recesso escolar de julho, o grupo Fridas se propôs a realizar uma intervenção em um dos banheiros utilizado pelas meninas da escola.

Realizamos uma pesquisa sobre frases de empoderamento na internet, e com tinta e sprays realizamos a intervenção. No decorrer do trabalho resolvemos fazer uma intervenção também em um dos banheiros utilizados pelos meninos.

No dia de volta as aulas houve muita repercussão sobre as modificações realizadas nos banheiros. Várias meninas falando de como haviam gostado da ação e estavam se sentindo representadas e o quanto pensavam ser importante pensar sobre o assunto. Além disso, algumas professoras também produziram algumas falas de apoio à intervenção do grupo.









Já no banheiro masculino, houve uma reação totalmente contrária. No turno da tarde, frases coladas atrás das portas de cada vaso sanitário e nas paredes acima dos mictórios haviam sido arrancadas, restando apenas a frase escrita co spray na parede onde estava escrito: “RESAPEITA AS MINA!”



7.4 Movimenta na Praça: Café com Diversidade

O projeto #Movimenta, começou no dia 12 de agosto com uma palestra aberta que foi proferida no auditório da EEB. José Rodrigues Lopes, em Garopaba. No dia 13 do mesmo mês, exclusivamente para os inscritos, aconteceu o primeiro encontro onde os jovens de Garopaba e Imbituba iniciariam oficinas para auxiliá-los a tirar suas ideias e projetos da cabeça e do papel. O Movimenta é uma aceleradora de sonhos, projetos e ideias criativas para transformar ainda mais - com arte, cultura, mobilização, intervenção urbana - as cidades envolvidas.

Entre agosto e outubro de 2016, foi realizado um programa de oficinas para criação colaborativa de projetos que promovam a cidadania e a transformação social. A

iniciativa do programa surgiu do sonho da agente de transformação social, Daniela Reis, fundadora da rede Minha Garopaba e também representante da rede Yunus Negócios Sociais em Santa Catarina.

No segundo módulo do Programa de Oficinas, que aconteceu no dia 27 de agosto, nós tivemos a oportunidade de compartilhar ferramentas para engajar e incluir pessoas nas nossas ações nas cidades. Trabalhamos com o mapa de empatia para conseguirmos nos colocar no lugar dos atores envolvidos na comunidade com o intuito de engajá-los na proposta e a curva de engajamento para podermos detectar o grau de engajamento de cada grupo de pessoas. A primeira ação foi espalhar vários cartazes pela cidade com mensagens urbanas inspiradoras e provocar curiosidade nas pessoas com relação ao projeto.

No terceiro módulo, no dia 10 de setembro, aconteceu uma oficina de planejamento criativo, com muitas cores, ferramentas e metodologias que fogem do convencional. A ideia deste módulo era ir um pouco além do planejamento das ações, e também gerar valor para projetos paralelos e mobilizações dos participantes. O programa de oficinas tem como objetivo promover o processo de conhecimento das demandas da comunidade, pensar criativamente soluções para os problemas, planejar as ações, mobilizar recursos e pessoas para colocá-las em prática. Para isso aconteceram vários encontros para a organização de um evento que envolvesse a comunidade.

Como resultado das oficinas, surgiu o #MovimentaNaPraça, que tem como objetivo transformar a maneira como as pessoas percebem o espaço público, inspirando a ocupar a cidade de forma criativa, artística, bem humorada e diversa, com tudo acontecendo ao mesmo tempo e em um só lugar. Qualquer pessoa poderia inscrever uma atividade ou oficina. A proposta do #Movimenta é ser itinerante e movimentar todos os bairros das duas cidades escolhidas para o início do Programa, iniciando pelo centro de Garopaba.

Juntamente ao projeto, surge a vontade de promover uma roda de conversa sobre feminismo. Sabemos que apesar dos grandes avanços e conquistas das mulheres, atualmente ainda existe muito preconceito, discriminação e desigualdade. A roda de conversa foi intitulada: “Século XXI: Feminismo pra quê?” chamando a comunidade

para dialogar sobre esta questão na praça central da cidade participando de um “Café com Diversidade”.



Essa roda de conversa foi mediada pelo grupo Fridas, sendo iniciada pela coordenadora do grupo a professora Vanessa Elias, introduzindo a luta dos movimentos feministas no mundo e no Brasil e depois abrindo a roda para falas, depoimentos e contribuições das participantes. Ao final produzimos algumas frases e questionamentos em papel sulfite e espalhamos pela praça com intuito de deixar fazer uma urbana sobre o tema abordado e as nossas reflexões na praça onde foi realizado o evento.



7.5 25 de Novembro: Dia Internacional da Não violência contra a Mulher

Segundo a página do Coletivo feminino Plural, o dia 25 de novembro foi declarado *Dia Internacional da Não violência contra a Mulher*, no Primeiro Encontro Feminista da América Latina e Caribe realizado na cidade de Bogotá em 1981, como justa homenagem a “Las Mariposas”, codinome utilizado em atividades clandestinas pelas irmãs Mirabal, heroínas da República Dominicana, brutalmente assassinadas em 25 de novembro de 1960.

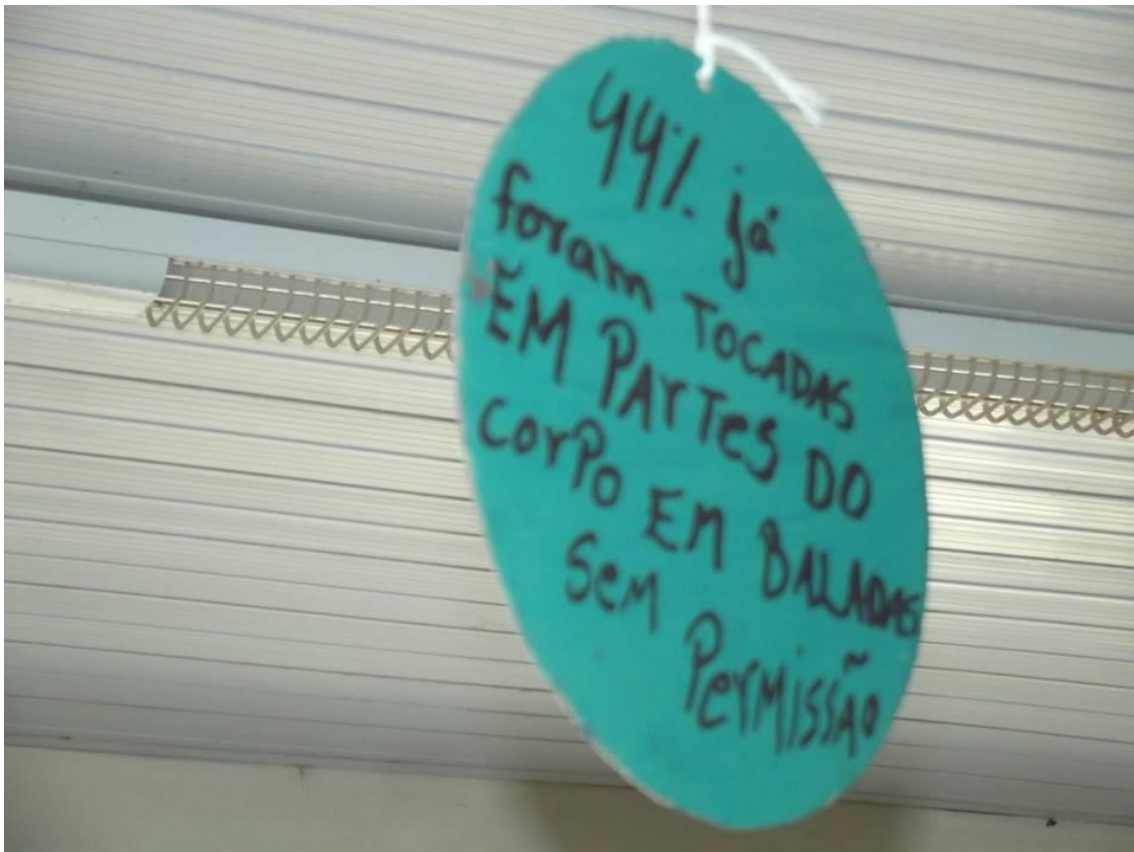
Minerva, Pátria e Maria Tereza ousaram opor-se à ditadura de Rafael Leônidas Trujillo, uma das mais violentas da América Latina. Por tal atitude, foram perseguidas e presas juntamente com seus maridos. Como plano para assassiná-las, uma vez que provocaram grande comoção popular enquanto estavam presas, o ditador acabou por libertá-las, para em seguida simular um acidente automobilístico matando-as quando iam visitar seus maridos no cárcere. Seus corpos foram encontrados no fundo de um precipício estrangulados e com ossos quebrados.

A notícia do assassinato scandalizou e comoveu a Nação. Suas ideias, porém, não morreram. Seis meses mais tarde, em 30 de maio de 1961, Trujillo é assassinado e com ele cai a ditadura. Inicia-se, então, o processo de libertação do povo dominicano e de respeito aos direitos humanos, como quiseram Pátria, Minerva e Maria Tereza, cuja memória converteu-se em símbolo de dignidade, transcendendo os limites da República Dominicana para a América Latina e o mundo.

Consideramos importante pensar sobre todas as violências sofridas pelas mulheres ainda em pleno século XXI trazendo alguns dados atuais fazendo uma intervenção no dia 25 de novembro.

Para isso confeccionamos uma faixa informando sobre o Dia Internacional da Não Violência Contra a Mulher e os dados escrevemos em círculos coloridos que penduramos no refeitório. No mesmo dia, na hora do intervalo para o recreio deixamos tocando músicas feministas e de empoderamento feminino, já que algumas canções são ferramentas de objetificação e inferiorização da mulher e muitas vezes fazem apologia à desigualdade e à violência de gênero.





8 RESULTADOS E ANÁLISES

Com o intuito de avaliar, organizamos um café que também tinha como motivação perceber a importância das discussões propostas pelo grupo durante o ano de 2016. Para isso foi aplicado um questionário às pessoas presentes. Neste dia, 25 de novembro, reunimo-nos também com a finalidade de finalizar as atividades do grupo em 2016 e também pensarmos no planejamento para o próximo ano.

Na ocasião compareceram apenas três das estudantes que participaram do grupo ao longo do ano, que neste trabalho serão mencionadas com nomes fictícios. O número de participantes nos encontros durante todo o processo oscilou, já que era uma proposta de trabalho extraclasse e voluntária.

Para avaliar o processo e fazermos uma reflexão acerca da importância dos nossos estudos foi importante detectar os motivos que levaram esses estudantes a participar do grupo de estudos em gênero e diversidade. Uma das estudantes apontou que:

“O que me motivou a entrar no grupo foi a falta de informação sobre diversos temas que deveriam ser discutidos não só em sala de aula, mas em roda de conversa com amigos, familiares,... Foi a vontade de sair da “caixa”, ganhar conhecimentos que vão me ajudar a ser uma pessoa melhor.”

Ana, 15 anos, estudante do 9º ano.

Também foi importante saber de que forma chegaram e como estão saindo, buscando perceber o processo de apropriação dos temas e também qual a importância desses estudos e aprendizados para suas vidas no dia a dia, não só na escola, mas também em outros ambientes sociais com relação a gênero e às diversidades.

“...Os estudos e conversas acrescentaram muito na minha vida pessoal. Foi algo que realmente me ajudou. Um conhecimento que pretendo levar e passar para outras pessoas.” Rita, 16 anos, estudante do 9º ano

Além da aquisição de conhecimento com relação às desigualdades de gênero é importante transformar nossas atitudes e posicionamentos diante dessas desigualdades, com o intuito de promover o debate e reflexão sobre tais questões buscando desconstruir os preconceitos e promover ambientes sociais com mais equidade. A partir dessas reflexões os participantes do grupo adquiriram conhecimento sobre o tema e com isso passaram a observar nas relações cotidianas a presença de preconceito e discriminação e a se posicionar com relação a essas questões. Além disso, as reuniões do grupo foram importantes para promover o empoderamento das meninas, fazendo com que tenham mais confiança e não se deixem oprimir pelas construções históricas do patriarcado.

“Eu aprendi a ter voz e não abaixar a cabeça pra ninguém. Eu sempre fui de ouvir as coisas e ficar calada, mas agora isso mudou e eu dou minha opinião sem medo. Hoje tenho mais segurança de falar, me posicionar. Tenho mais coragem! Entendi o que é feminismo e agora sou feminista com muito orgulho!”

Ruth, 15 anos, estudante do 9º ano.

A partir dos depoimentos expostos fica evidente a importância de se colocar em pauta as questões referentes às diversidades no ambiente escolar. Atualmente apesar dos documentos relacionados à educação abordarem a importância desses temas no ensino brasileiro, percebe-se a invisibilidade dos mesmos no cotidiano das escolas. Parte do problema está relacionada à falta de conhecimento dos professores para lidar com essas situações, ficando clara a necessidade de formação para capacitar os docentes mediante as questões que envolvem gênero e diversidade.

Como nas salas de aula ainda não existe uma prática que promova discussões e debates com intuito de combater todas as formas de preconceito e discriminação, faz-se necessário promover espaços onde os estudantes e toda a comunidade escolar possam refletir sobre tais questões buscando a desconstrução de tais culturas, que historicamente continuam reproduzindo desigualdade e gerando violência.

“Agora eu vejo que o preconceito existe. Há muito tempo que é passado para nós jovens, que só existe um tipo de pensamento...” Ana, 15 anos, estudante do 9º ano.

“Um espaço de diálogo para falar de gênero e diversidade é importante principalmente para a desconstrução de tabus, para os jovens desconstruírem preconceitos e terem consciência de seus atos.”
Rita, 16 anos, estudante do 9º ano.

Além da importância que o grupo de estudos teve para os estudantes, como comprova os seus relatos, pra mim foi uma experiência muito significativa e importante tanto na área profissional, quanto pessoal. A partir dos encontros pude perceber o quanto as desigualdades afetam a trajetória de vida dos estudantes e fico muito feliz em ter a oportunidade de auxiliar na transformação dessa realidade.

Sinto-me gratificada por ter criado um espaço - grupo de estudos Fridas - onde os estudantes puderam repensar conceitos e atitudes, promovendo o empoderamento de meninas, que hoje se sentem mais confiantes e serão mulheres prontas a desconstruir essa cultura patriarcal em todos os espaços por onde circularem. Além disso, acredito que as intervenções na escola e fora dela também geraram reflexões que podem levar à desconstrução de preconceitos fazendo com que haja mais respeito às mulheres, não somente na escola, mas também na comunidade onde a escola está inserida.

Ao constatar a importância da implementação desse grupo de estudos em gênero e diversidade - Fridas - na EEB José Rodrigues Lopes, em Garopaba, pretendemos dar continuidade nos trabalhos do grupo fazendo reuniões de estudos no próximo ano e ampliando a atuação do Fridas em outras instituições de ensino no município e cidades vizinhas com a organização de palestras, compartilhando nossas experiências e, sobretudo buscando auxiliar a formação de cidadãos mais conscientes e livres de preconceitos, que respeitem as tão ricas diversidades de cada um. Dessa forma estaremos ajudando com nossas discussões e reflexões para que as diversidades não sejam vivenciadas com desigualdade e a construir um futuro melhor para todos nós.

9 CONCLUSÕES FINAIS

Na escola, observa-se que não existe uma preocupação em abordar temas relacionados às questões de gênero e diversidade. As ações que são praticadas são pontuais e geralmente não envolvem toda a comunidade escolar. No cotidiano ainda presenciavam-se diversas formas de discriminação e preconceito, no que diz respeito aos gêneros, sexualidades, religiosidades e demais diversidades dos atores que compõem os ambientes educacionais.

Quando surge a ideia de promover um espaço para o debate destas questões, apresentaram-se algumas dificuldades que precisaram ser ultrapassadas, já que esses temas ainda são tratados como tabus.

Quando apresentado a ideia de criar um grupo de estudos sobre gênero e diversidade à direção da escola, houve um receio com relação à reação da comunidade a respeito. Porém com a apresentação do projeto (APÊNDICE I), este foi implementado com autorização e apoio da gestão escolar.

Além disso, outra dificuldade encontrada foi estabelecer um horário onde todos os interessados pudessem participar. A escola trabalhava em três turnos e por isso estabelecemos o horário das 17h30min horas às 18h30min horas para a realização das reuniões, assim possibilitando a participação de todos os estudantes.

Outro aspecto que é importante mencionar é a postura dos docentes com relação às atividades promovidas pelo grupo de estudos - Fridas. Durante o ano houve interesse de alguns professores em participar, mas nenhum deles de fato participou de nenhuma das reuniões do grupo. Porém, em conversas informais apresentaram apoio à iniciativa e alguns passaram a questionar sobre os assuntos abordados nas intervenções e demonstraram maior interesse sobre as questões que envolvem gênero e diversidade. Em alguns momentos houve o interesse de buscar maior entendimento sobre esses conceitos, inclusive pedindo ajuda para formular algumas atividades que envolviam essas temáticas nas disciplinas que lecionam. Com isso fica evidente a falta de formação sobre gênero e diversidade na formação dos professores que atuam na educação básica.

Percebeu-se que a proposta de pautar essas discussões aos poucos vai gerando transformação a partir das reflexões colocadas no decorrer do ano letivo no grupo de estudos Fridas. Podemos constatar que muitas das vezes esses pensamentos e opiniões preconceituosas são fruto de falta de conhecimento e a partir da aproximação com essas temáticas. A partir da problematização desses temas, gera-se a reflexão e compreensão da complexidade dos seres humanos e com isso fomenta-se o respeito às diferenças. Além disso, os atores envolvidos tornam-se multiplicadores desses ideais. Afinal, todos somos muito diferentes e isso é muito rico e natural. O que não podemos é deixar que estas diferenças continuem gerando e perpetuando as desigualdades.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Plano nacional de educação**. Brasília: MEC, 2001.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília, 1998.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual**. Brasília, 1997.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (ed. or.: 1990).

CAMARA DOS DEPUTADOS. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 17 mar. 2016.

CARRARA, Sérgio. **A Aids e a história das doenças venéreas no Brasil** (do final do século XIX até os anos 20). In: LOYOLA, Maria Andréa (Org.).

COLETIVO FEMININO PLURAL. **Dia internacional da não-violência contra a mulher**. Disponível em: <<http://femininoplural.org.br/site/campanhas/dia-internacional-da-nao-violencia-contra-a-mulher>>. Acesso em: 01 nov. 2016.

EL PAIS. **O que já se sabe sobre o estupro coletivo no rio de janeiro**. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/31/politica/1464713923_178190.html>. Acesso em: 07 jun. 2016.

FRIEDRICH-EBERT-STIFTUNG. **Igualdade de remuneração entre homens e mulheres**. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/07822.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2016.

GRABAUSKA, Claiton José; de BASTOS, Fábio da Purificação. **Investigação-ação educacional: possibilidade crítica e emancipatórias na prática educativa**. In: MION, R.A. *Investigação-ação: mudando o trabalho de formar professores*. Ponta Grossa: Gráfica Planeta, 2001. p. 9-20.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2010, 184p.

GUILARDI, L. **Considerações acerca das transformações no campo a partir do turismo de veraneio**. XXI Encontro de geografia agrária. Uberlândia, MG, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. 3ª edição. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997, p. 7-179.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MEYER, D. E.; SOARES R. F. R; **Introdução – Corpo, Gênero e Sexualidade nas Práticas Escolares: um início de reflexão.** In: _____. *Corpo, Gênero e Sexualidade*. 2 ed. Porto Alegre: Mediação, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade.** Petrópolis. Vozes, 2001.

PEREIRA, M. E. et al (Org.). **Gênero e diversidade na escola: Formação de professores/as em gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais.** Rio de Janeiro: CEPESC. 2007.1 CD ROM.

PPP - Projeto Político-Pedagógico. Garopaba,SC: EEB José Rodrigues Lopes, 2015.

PPP - Projeto Político-Pedagógico. Garopaba,SC: EEB José Rodrigues Lopes, 2016.

SEBRAE-SC. **Santa Catarina em números-Garopaba.** Disponível em: <<http://www.sebrae-sc.com.br/scemnumero/arquivo/garopaba.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2016.

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD. Inserido em: <http://portal.mec.gov.br/secad> Acesso em 3 nov 2012.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-ação.** 17^a. ed. São Paulo: Cortez, 2009, 132p.

TRIPP, David. **Pesquisa-ação: uma introdução metodológica.** Educação & Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.

VIANNA, C. **Gênero e sexualidade nas políticas de educação dos governos FHC e Lula: demandas históricas e desafios futuros.** In.: TEIXEIRA, F. et al. (Org.). *Sexualidade e educação sexual: políticas educativas, investigação e práticas.* Portugal: Universidade do Minho, 2010. p.357-62.

VIANNA, C.; UNBEHAUM, S. **Quem são os meninos que fracassam na escola?.** Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, v. 34, n.121, jan./abr. 2004.

_____. **Políticas educacionais e superação das discriminações de gênero: o caso do PNE.** In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO: GÊNERO E PRECONCEITO, 7., 2006, Florianópolis. Anais... Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2006. 1 CD-ROM.

_____. **Formação de educadores sexuais: adiar não é mais possível.** Campinas: Mercado de Letras; Londrina: Eduel, 2006. JESUS, Beto de et. al. *Diversidade Sexual na Escola: uma metodologia de trabalho com adolescentes e jovens.* São Paulo: Ecos, Corsa, 2006.

_____. **O gênero nas políticas públicas de educação.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v.34, n.121, p.77-104, 2004.

APÊNDICES

APÊNDICE 01: Projeto apresentado à escola e aos participantes do grupo de estudos

PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DE UM GRUPO DE ESTUDOS DE GÊNERO NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA PROFESSOR JOSÉ RODRIGUES LOPES

Quando nasci um anjo esbelto, desses que tocam trombeta, anunciou: vai carregar bandeira. Cargo muito pesado pra mulher, esta espécie ainda envergonhada.

Adélia Prado

Tema: Educação para a Igualdade de Gêneros e Diversidade

Subtema 1º Semestre: Estudos Feministas

Professora coordenadora: Vanessa Elias

Justificativa: Historicamente, a mulher sempre desempenhou papéis de baixa relevância social. A partir do final do século XIX, uniram-se para conquistar o direito de votar e estudar. De 1900 até hoje, muita coisa mudou - para melhor e para pior. A mulher tem acesso à educação, mas os espaços educacionais continuam voltados para o desenvolvimento masculino. Apesar de estar presente no mercado de trabalho há alguns pares de anos, a mulher continua ganhando 30% a menos do que o homem, mesmo quando desempenha as mesmas funções. Segundo dados levantados em 2009, a cada 15 segundos uma mulher é brutalmente espancada pelo marido, namorado, companheiro, etc. São 10 mortes por dia. Informações alarmantes que nos indicam que é necessária a mudança. Portanto, com base nessas estatísticas e devido a milhares de outras situações

sexistas vivenciadas diariamente, a educação feminista por uma sociedade igualitária visa esclarecer pequenas e grandes mentiras acerca da suposta igualdade entre os gêneros. A proposta educacional deste projeto contempla diversos tópicos acerca da busca pela inclusão de “minorias”, inclusive enfatizando o resgate histórico de grande parcela da sociedade excluída do currículo escolar – e da sociedade, em geral –, como a comunidade negra e afrodescendente, as mulheres, indígenas, etc. Mas para que isso ocorra, é de suma importância dar-lhes voz: um caminho para a verdadeira emancipação. Em consonância com os parâmetros curriculares nacionais e com o PPP da Unidade Escolar, a montagem de um grupo de estudos feministas no espaço escolar articula com os ideais de igualdade e cidadania propostos. Além do mais, o tema pode ser trabalhado transversalmente em diversas áreas do conhecimento: em português, o estudo de todo tipo de gênero literário; em história, a reflexão sobre os acontecimentos que marcaram a trajetória do ser humano e determina comportamentos atuais; em educação artística, a contemplação de obras de arte produzidas como atividade redentora, etc. A educação feminista pela igualdade encontra reforço nas palavras de Daniela Auad, doutora em Sociologia da Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP) e professora da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Segundo a especialista: Os padrões tradicionais e polarizados acerca do masculino e do feminino e, conseqüentemente, acerca de mulheres, meninos, meninas e homens estão presentes em nossa sociedade e, portanto, encontram-se ainda em ação na escola. De todo modo, é possível notar, concomitantemente, recusas às relações de gênero desiguais nas práticas cotidianas de meninas, meninos, professoras, professores, coordenadores, diretoras e inspetores. Essas potentes recusas, ao longo do tempo, podem colaborar no sentido de não mais existirem divisões motivadas pelas desiguais noções de masculino e de feminino. As fronteiras de gênero seriam, assim, cruzadas, na escola e fora dela. Ainda acerca da necessidade de que haja uma educação realmente igualitária entre os gêneros, a mesma escritora esclarece: [...] a co-educação como política pública se descortina como uma tarefa conjunta do Estado, das cidadãs e cidadãos, nas variadas instâncias de exercício da cidadania ativa. A construção dessa educação, na qual o masculino e o feminino tem igual valor social, poderá ainda colaborar para o aprofundamento da interface entre a Universidade e os Movimentos Sociais, que terão oportunidade de encontro, debate e celebração. A educação de qualidade transcende os muros da escola. A escola, espaço de mudança por excelência

- e também, ferramenta de perpetuação das deficiências sociais -, deve cumprir o seu papel de pioneira na luta pelo justo acesso de todos à sociedade e na construção de um projeto de igualdade de gênero: formar mulheres inteligentes, conscientes do meio em que vivem, sendo fortes e capazes para alterar uma mentalidade profundamente patriarcal e machista, seguras e determinadas - marchando, até que todas nós sejamos livres.

Objetivos:

1. Definir o papel que a mulher desempenhou na História, apontando como sua identidade, subjetividade e construção socioeconômica determinou paradigmas de comportamento absorvidos até os dias atuais;
2. Discutir como a mídia constrói a imagem feminina pautada nos ideais de beleza, sensibilidade e resignação e como estes estereótipos interferem negativamente na plena realização e desenvolvimento feminino;
3. Apontar os avanços e retrocessos para a emancipação da mulher - pontuando a importância do exercício da cidadania como ferramenta para a efetiva mudança social;
4. Ilustrar o conhecimento adquirido por meio de filmes, músicas, artigos científicos, reportagens, entrevistas, poesias, leituras compartilhadas, etc. e como essas informações se articulam com a vivência pessoal de cada participante e com a comunidade em que estão inseridas;
5. Analisar a questão da violência doméstica de maneira e elucidar a origem desse tipo de agressão, causas e consequências para o indivíduo e para a sociedade. Além do mais, estudar os mecanismos de proteção e defesa que podem ser acionados; por exemplo, a Lei Maria da Penha;
6. Valorizar o comprometimento dessas meninas com a construção de uma sociedade justa e igualitária, promovendo a construção da autoestima, confiança e segurança diante dos obstáculos, e consequente contribuição para a eliminação de qualquer tipo de violência, desde o racismo à misoginia;
7. Estimular o empoderamento dessas futuras mulheres-adultas para que elas ocupem de maneira verdadeiramente igualitária espaços públicos, artísticos, econômicos e sociais e

de cargos de chefia. Desenvolvimento: O projeto desenvolverá quinzenalmente assuntos referentes à condição e mobilidade da mulher na sociedade, oportunidades e exclusões, contexto histórico e social e temas cotidianos: Contos de fadas; Papel emancipatório e revolucionário dos escritos femininos; Linguagem machista; A mulher negra; A mulher e as religiões; Hábitos culturais versus características biológicas; Casamento e maternidade; A escola mista e a escola da co-educação; Resgate da bagagem cultural e científica produzida por mulheres; A busca inalcançável pela beleza perfeita; Violência doméstica; A mulher na política; Motivações femininas versus motivações masculinas; O corpo feminino e suas sutilezas; O movimento feminista; Mulheres E homens vítimas de preconceito; O silenciamento da fala feminina; A mulher na Literatura; Desigualdade social e machismo; Inferiorização da mulher por meio de músicas, novelas, etc.

Produto final:

1. BLOG: Criação de um blog e/ou página em mídia social onde estarão disponíveis as discussões do grupo, informações extras, resultados de pesquisas e debates, materiais produzidos,...
2. Cartazes, folhetos e palestras Desenvolvimento de cartazes explicativos, folhetos de conteúdo informativo e palestras ministradas pelos próprios participantes do grupo para os outros alunos.
3. Documentário: Produção de um vídeo documentário abarcando os temas da violência doméstica, identidade feminina, pesquisas realizadas, entrevistas e depoimentos para ser apresentado na Feira Cultural da escola.
4. Portfólio: Confeção de um livro-diário contendo todos os passos e desenvolvimentos do projeto.
5. PLANEJAMENTO DE REUNIÕES – 2016
 - 16/03 – Apresentação
 - 14/04 – Estudo de contos de fadas
 - 13/05 – Estudo da linguagem sexista

27/06 – Mulher e Mídia

11/08– Construção identitária da mulher nas religiões

25/09– Literatura Feminina

08/10 – Violência contra a mulher

03/11– Orientação da produção de trabalhos do semestre

06/12- Confraternização e fechamento do semestre

6. PLANEJAMENTO DE REUNIÕES 2017 – a definir de forma coletiva pelo grupo.

APÊNDICE 02

Questionário aplicado as participante do Grupo de Estudos em gênero e Diversidade –
Fridas

- 01) O que te motivou a participar de um grupo de estudos sobre gênero e diversidade?
- 02) Você sente que adquiriu mais conhecimento sobre os temas abordados nos estudos?
- 03) A partir das discussões, você percebeu que seus posicionamentos diante das situações cotidianas que envolvem às diversidades mudaram?
- 04) Você considera importante ter um espaço de diálogo sobre gênero e diversidade na escola? Por quê?
- 05) Quais sugestões você poderia fazer para os encontros de 2017?

ANEXOS

ANEXO 01

Textos e utilizados nas reuniões do grupo de estudos:

Pedagogia dos contos de fadas

Há quem ironize sobre a tentativa de desconstrução das histórias para crianças e procure ridicularizar as pessoas que o tentam fazer, mas, de facto, não é preciso grande esforço para revelar os preconceitos sexistas que informam essas histórias e com alguma imaginação pode entender-se o efeito perverso que elas tiveram no processo de socialização das jovens e dos jovens. É que os inocentes contos de fada da nossa infância são tudo menos inocentes.

O texto de Lois Tyson que a seguir traduzo desvela com alguma minúcia a estrutura e a «agenda» escondida dos três contos mais populares da nossa cultura: Branca de Neve, Bela Adormecida e Cinderela:

“ O papel de Cinderela que o sistema patriarcal impõe à imaginação das jovens é um papel destrutivo porque equipara a feminilidade à submissão, encorajando as mulheres a tolerarem o abuso familiar, a esperarem pacientemente ser salvas por um homem, e a perceberem o casamento como a única recompensa desejável para aquela que age correctamente. Paralelamente, o papel do príncipe encantado – que requer que os homens sejam protectores prósperos, responsáveis por fazerem as suas mulheres felizes para sempre – é um papel destrutivo porque promove a crença de que os homens têm de ser super-provedores infatigáveis, independentemente das suas necessidades emocionais. (...)

De facto, a leitura feminista dos contos de fadas fornece um instrumento poderoso para ilustrar os meios através dos quais a ideologia patriarcal informa aquelas que parecem ser as mais inocentes das nossas actividades. Consideremos, por exemplo, as sempre populares, «Branca de Neve e os Setes Anões», «Bela Adormecida», e, claro, a «Cinderela». Em todos estes três contos, uma jovem meiga e bela (porque as mulheres têm de ser belas, meigas e jovens para serem objecto de admiração romântica) é salva (porque ela é incapaz de se salvar a si mesma) de uma situação terrível por um jovem corajoso que a arrebatou para casarem e viverem felizes para sempre. A intriga implica pois que o casamento com o homem certo é uma garantia de felicidade e a adequada

recompensa para uma jovem sensata. Em todos os três contos, os principais caracteres femininos estão estereotipados, sejam os das «boas meninas» (gentis, submissas, virginais, angélicas), sejam os das «más» (violentas, agressivas, mundanas, monstruosas). Esta caracterização implica que, se uma mulher não aceita o papel de gênero que o sistema lhe apresenta, então o único que lhe resta é o de um ser monstruoso.

Em todos os três contos, as personagens más, a rainha malvada da Branca de Neve, a fada má da Bela Adormecida, a madrasta e as meias irmãs velhacas da Cinderela, são também vaidosas, mesquinhas e ciumentas, furiosas por não serem tão belas como a personagem principal ou, no caso da fada má, por não ter sido convidada para uma celebração real. Tais motivações implicam que, mesmo quando as mulheres são más, as suas preocupações são fúteis. Em duas das histórias, a jovem casadoira é acordada de um sono de morte pelo beijo poderoso (ao fim ao cabo ele trá-la para a vida) do futuro amante. Este final implica que a jovem, se adequadamente integrada no sistema patriarcal, está sexualmente adormecida até que é acordada pelo homem que a reclama como sua.

Feminismo, relacionamentos e contos de fadas

O feminismo vê os contos de fadas sob uma ótica materialista. Vêem coisas tão belas como príncipes, princesas, dragões, árvores mágicas, espelhos encantados, rios de chocolate, gigantes, castelos nas nuvens, árvores de computadores etc, como “papéis sociais opressores”.

Para o feminismo, uma princesa encantada nada mais é do que uma alienação. Um papel de passividade. A passividade de esperar um homem com determinadas características para o casamento. Para o feminismo, a princesa está sendo oprimida sem ter escolha. Talvez o feminismo pense que o príncipe é o machista opressor que deveria ser preso acusado de misoginia ao jogar a pobre princesa para longe das máquinas de tear, justamente quando ela estava quase transformando palha em ouro e conseguiria uma promoção na empresa de Rumpelstichen. Ou por tirá-la do sono tão gostoso e libertador que sua amiga ‘não alienada’, Malévola, havia induzido (talvez para salvá-la de ser se casar com um porco machista opressor).

O ponto chave aqui são justamente os olhos com que o feminismo vê os contos de fada. No país das fadas, pêssegos capazes de dar a vida eterna continuam florescendo em árvores encantadas. Você arranca um e outro magicamente nascerá. Isso continuará sendo uma realidade no país das fadas, independentemente da visão do leitor. Não importa se essa árvore é contemplada por uma criança sonhadora que vê mágica em tudo ou por um banqueiro materialista que só vê custos em tudo. A árvore continuará sendo uma árvore encantada sempre. Essa é a realidade da árvore. Mas, por mais frutos mágicos que essa árvore seja capaz de dar, o feminismo irá ignorar essa realidade e enxergar somente o **preço desses frutos**. Se o fruto é capaz de dar juventude e beleza eterna, essa característica para o feminismo será somente algo a mais para poder vender os frutos. A preocupação do feminismo com a árvore não é sua mágica, mas seu custo.

Foi assim que o feminismo criou a falácia da ‘**cultura de princesas**’. Ao olhar para os príncipes e princesas dos contos de fada, o feminismo fecha os olhos para a beleza, para a mágica, para virtude, para a sensibilidade, para o heroísmo e para o amor. O feminismo vê nela uma alienada oprimida por ter que esperar um príncipe salvá-la. Me pergunto se o feminismo veria numa vítima de incêndio uma alienada oprimida socialmente por estar sendo salva por um bombeiro. Talvez recusar a ajuda machista e opressora da polícia ao ser atacada por um agressor seja uma verdadeira demonstração de feminismo. Talvez, por minha insistência em manter viva a criança dentro de mim e por ter crescido com desenhos da Disney, eu não consiga entender bem essa visão feminista. Uma coisa que percebo com isso é que é justamente essa obsessão feminista com opressão que torna o feminismo tão fetichista por opressão. Ao olhar uma princesa tão nobre, com todas as virtudes e mais belos encantamentos, o feminismo vê somente uma alienada. Será que isso também não significa que o feminismo vê dessa forma todas as mulheres? Talvez o feminismo veja uma princesa dessa forma por ser incapaz de ver dignidade na mulher. Talvez essa obsessão do feminismo com objetificação seja justamente porque o próprio feminismo veja as mulheres como objetos. E o que dizer do príncipe encantado, esse opressor machista? Será que o feminismo não percebe que o príncipe simboliza justamente um homem que ama tão intensamente uma mulher a ponto de matar mil dragões e arriscar sua vida por ela com todo prazer e alegria? Particularmente acho muito triste uma ideologia que insiste em ver opressão e objetificação até mesmo nos mais nobres e puros sentimentos.

Ao criar a falácia da “cultura das princesas”, o feminismo na verdade mostrou que foi dominado justamente por tudo aquilo que critica, tornando-se incapaz de perceber que os contos de fada na verdade mostram que tanto o príncipe, como a princesa, só se tornam realmente príncipe e princesa quando se encontram.

Reflexões de uma mãe feminista sobre a cultura das princesas

Texto de Ludmila Pizarro.

Nos corredores dos shoppings elas correm com desenvoltura. Meninas, cada dia mais novas, com esvoaçantes fantasias de princesa. Além da roupa, tiaras, bolsas, toalhas, mochilas, maquiagens, sandálias compõem o figurino que em sua infinita enumeração de itens acaba por configurar um fenômeno social, a princesa-mania tal qual já nos habituamos.

O universo dos contos de fadas, por si, nada tem de problemático. Com uma contribuição ao desenvolvimento infantil bastante esclarecida pela psicologia, a fantasia permeia e enriquece a realidade dos pequenos, principalmente até os cinco anos. Atire a primeira pedra o adulto que nunca se derreteu diante de uma frase criativa e surreal saída da boca de um serzinho de dois ou três anos. Ou, então, frente a um rosto que foi surpreendentemente iluminado por alguma mentira grosseira e seguido pela frase: é mesmo?

As histórias de princesas estão nesse contexto, também contribuindo para o desenvolvimento tanto de meninas como de meninos. Os relatos dos obstáculos enfrentados, sem a perda da esperança, os exemplos de resistência, bondade, esperança somados a um final reconfortante, podem ser acalentadores e ajudar as crianças a lidar com seus próprios medos e dificuldades.

Como mães e feministas, entretanto, fica difícil não lançar sobre esse fenômeno um olhar mais crítico e perceber a introdução de valores conservadores, onde deveria existir liberdade de expressão. O espaço da fantasia é tomado pela inserção de regras sociais rígidas onde o papel da mulher/princesa torna-se sufocante.

Um exemplo disso é a Escola das Princesas, iniciativa de uma empresária do interior do estado de Minas Gerais (assista ao vídeo aqui). Na reportagem, o jornalista afirma ‘que para ser uma princesa tem que cuidar da beleza e ficar elegante’. Em seguida, projeta no vídeo uma aula de automaquiagem, ‘que não pode ser exagerada’. Já as meninas, aspirantes a princesa, quando têm voz é para discorrer uma extensa lista de obrigações à mesa que vão de manter a postura ereta até usar o guardanapo só no

cantinho da boca, com o cuidado para não tirar o batom. Não se trata de uma revolta contra os bons modos à mesa, mas não dá para ouvir, ao longe, o velho refrão dos Mutantes*? Serão essas meninas felizes hoje, nesse lugar social em que as colocaram, e, igualmente importante, serão adultas felizes?

Simone de Beauvoir nos ensinou que não se nasce mulher. Torna-se mulher. Uma construção social, como qualquer outra, é precedida de trabalho, esforço e um objetivo. A princesa-mania com suas regras e padrões faz parte dessa construção. E atenção para o detalhe: apresenta uma proposta de mulher a meninas cada vez mais novas. Outros fenômenos colaboram para isso. Como apontado pela psicóloga Rosely Sayão no texto ‘Bendita Juventude’, a juventude foi transformada em estilo de vida. Todos querem ser jovens, sejam adultos, velhos ou crianças. Existe uma pressão para que crianças tornem-se ‘jovens’ o quanto antes.

Assim, meninos e meninas de cinco comportam-se como se tivessem oito ou nove e estes já simulam a adolescência. A princesa-mania, com suas roupas, maquiagens e comportamento de ‘mocinha’ é uma das ferramentas eficientes para que esse mecanismo social funcione. Da mesma forma, essa cultura colabora na consolidação de padrões de beleza quase sempre inexistentes que acabam por oprimir a grande maioria das crianças que procuram no espelho, espelho meu, uma pele clara, longos cabelos lisos, olhos claros e amendoados.

Intrinsecamente ligado a esse cenário, onde a fantasia colorida das princesas torna-se a maçã envenenada da bruxa, está a mola mestra do capitalismo contemporâneo que é o consumo exacerbado de produtos descartáveis. A princesa-mania oferece em uma bandeja prateada – de plástico, produzida na China – um arsenal de produtos altamente sedutores e de uma inutilidade impressionante, que vão se tornando indispensáveis para a felicidade e afirmação social das meninas. E nesse quesito, vale lembrar, o lúdico cede seu lugar aos objetivos de uma indústria global que visa comercializar o máximo de produtos possível e fidelizar a clientela. A mãe e também feminista, Lilliane Gusmão, exemplifica bem ao recordar de um presente dado à sua filha. Mesmo com uma característica educativa, ensinar números e letras, o brinquedo com o tema das princesas verbalizava com uma vozinha de robô: você que ser uma princesa quando crescer?

Não é possível, portanto, negar a participação dessa cultura das princesas na formação da mulher que nossas filhas serão. Assim como, ela também interfere na

formação dos homens que nossos filhos serão e que, muitas vezes, foram impedidos de aproveitar, com liberdade, suas próprias fantasias com castelos e princesas.

Não pretendo com essa conclusão sugerir um cenário sombrio para essas futuras mulheres e futuros homens. As construções sociais são dinâmicas e as previsões nessa área quase sempre infrutíferas. Como feminista e mãe de uma menina, prefiro atentar-me ao fenômeno sem negá-lo ou cair em reducionismos. Muito menos tentar restrições educativas inócuas. Fico com as perguntas, como dosar, com sabedoria, o acesso às princesas e seu universo lúdico? Como ressaltar a distinção entre o faz-de-conta e o consumo vazio? E apresentar a um ser em formação e imerso em histórias fantásticas o que é senso crítico?

Não tenho respostas. Mas talvez tenha algumas inspirações. O primeiro filme que tenho lembrança de assistir no cinema foi A Branca de Neve. Bem no início da sessão meu pai, para minha surpresa, afirma que irá torcer pela madrasta. E assim o faz durante todo o filme, chegando a ficar condoído quando a velha bruxa (coitadinha, dizia ele) caiu do penhasco, perseguida pelos anões (aqueles homenzinhos sem coração, para meu pai). Quando perguntei o porquê de uma decisão tão infeliz – torcer pelo vilão – ouvi a seguinte explicação: todos torcem pela Branca de Neve. Coitada da bruxa, não tem ninguém para torcer por ela, então eu farei isso, mesmo sabendo que ela vai perder no final.

Algumas derrotas podem se transformar em vitórias no futuro. Evidentemente, à época, eu não entendi o raciocínio de meu pai. Mas, não sei em que momento da vida, passei a simpatizar não apenas com princesas, mas com bruxas, mulheres incompreendidas em sua maioria, também.

Fonte: <http://sexismoemisoginia.blogspot.com.br/2009/09/pedagogia-dos-contos-de-fadas.html>

Dá pra eliminar o preconceito da língua, principalmente o sexismo (que, no Brasil, é mais conhecido como machismo. Não gosto de usar o termo sexista porque pouca gente sabe o que é. Mesmo nos EUA as pessoas confundem sexist com sexy, Bom, a não ser que você pense bastante no assunto, talvez nem esteja ciente de como a linguagem que usamos todos os dias é preconceituosa, e como coloca a mulher como cidadão de segunda classe. Por exemplo, quando usamos a palavra homem como sinônimo de ser humano, em casos como "a origem do homem", passamos a impressão que homem é mais ser humano que mulher. Quando escrevemos sobre um sujeito indeterminado e dizemos ele ao invés de ela, idem. Quando usamos adjetivos no masculino, também. Por isso, em inglês, muita gente hoje escreve s/he. Em português, ele(a), mas mesmo isso de colocar o pronome feminino entre parênteses já pode ser considerado discriminatório. Em alguns blogs, vejo gente usando o @ como gênero neutro.

No português e demais línguas latinas é pior ainda que no inglês, porque todas as palavras têm gênero. Lá doctor e professor podem se referir a médicas e professoras, e o the também vale pros dois. Aqui até uma profissão onde 90% que a exercem são mulheres é vista como masculina, como professores de escola. Ou o nutricionista, o psicólogo, ainda que seja difícil encontrar homens num curso de Nutrição ou Psicologia.

Numa discussão em um post bem polêmico, uma leitora anônima reclamou porque escrevi "todas as psicólogas": "A propósito, gostei do 'todas as psicólogas'. Homem não pode ser psicólogo? Isso é profissão de mulherzinha? Ok! estou só alfinetando, claro que você não acha isso, mas que soou estranho, soou". Eu respondi: "O 'Todas as psicólogas' é porque estou tentando adotar o artigo feminino em situações que têm muito mais mulheres que homens. Acho um absurdo falar em 'todos os psicólogos' (na turma de uma amiga minha não havia um só homem), 'os nutricionistas', 'os enfermeiros' etc. É um fato que a maior parte das pessoas nessas profissões são mulheres. E acho errado, por causa de uns 10% de homens (minoria absoluta), referir-se à profissão com o gênero masculino. No meu blog falo 'pras leitoras', já que 70% do meu blog é leitora, não leitor. Engraçado como vivemos num mundo em que falar 'leitoras' exclui os leitores, mas falar 'leitores' não exclui as leitoras..." Nós, mulheres, estamos tão acostumadas a sermos excluídas na nossa própria língua que até achamos estranho se um artigo for usado no feminino.

Dona de casa ainda é pra mulher, quase que exclusivamente. É muito mais comum ouvir que o homem é o dono da casa (da casa específica, não de casa, genérico), o provedor, que dono de casa. Isso do gênero masculino ser considerado a norma é um problema, mas não é o único. Até o final da década de 70, todos os furacões recebiam nome de mulher, por serem intempestivos e temperamentais (o que soa ainda mais estranho em português, porque furacão, ciclone, terremoto etc são todas palavras masculinas, o furacão). E o que dizer da própria ordem dos termos? Falamos homem e mulher, pai e mãe, marido e esposa. Isso indica hierarquia (uma das raras exceções é damas e cavalheiros). Mas por que carga d'água homem viria antes de mulher? Há inúmeros outros exemplos de machismo na língua, como mulheres adultas serem tratadas de garotas e meninas (raramente usamos meninos para se referir a homens adultos). Alguns termos têm sentido positivo pra homens, e pejorativo pra mulheres. Bruxa é quase sempre um insulto, mas mago é um elogio. As feministas americanas apontam que até em termos considerados “neutros”, como history, o que está sendo narrado é his story (a história dele), e pregam o uso de herstory (a história dela). Homem é comissário de bordo, mulher, até pouquíssimo tempo atrás, era aeromoça. Qual indica mais respeito? E melhor nem falar de Deus, que é homem, pai, senhor, e volta e meia representado pela figura de um velhinho (branco) de barba branca. Que seja idêntico à figura que temos do patriarca é mera coincidência, claro... Mas algumas feministas americanas se opõem a algumas “correções” na língua, porque essas correções também servem pra ocultar e desvirtuar a realidade. Por exemplo, substituir chairman por faculty passa a falsa impressão de igualdade, de que na realidade a maior parte dos professores universitários, e principalmente das pessoas em posição de comando nas universidades, não seja homem. Trocar o “Quando o homem começou a agricultura” por “Quando o ser humano começou a agricultura” mascara que, na realidade, quem começou a agricultura foram as mulheres. Dizer que “uma emenda garantiu o direito a voto de ex-escravos” (slaves, em inglês, é tanto pra escravos quanto pra escravas), oculta que esse direito só se aplicava a ex-escravos homens. Mulheres, negras ou não, só tiveram direito a voto nos EUA em 1920, quase meio século depois que os homens negros. Num outro post mencionarei os insultos destinados a homens e mulheres (podem ajudar

com mais exemplos!). Desnecessário apontar que quase todas as ofensas contra as mulheres têm caráter sexual. Por enquanto, fique com a comparação entre vagabundo e vagabunda. Uma letrinha só no fim da palavra muda todo o significado.

A língua é um reflexo da sociedade que a usa. Se a nossa língua continua preconceituosa, é porque a sociedade continua preconceituosa. Ao mesmo tempo, a sociedade é moldada pela língua. As crianças crescem ouvindo homem e mulher. Não é apenas pela língua que elas vão se dar conta dessa hierarquia, mas é também pela língua.

Fonte: <http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/2009/09/nossa-lingua-machista.html>

A representação da mulher na mídia e em produtos

Nádia Lapa

Todo mundo já sabe: em comerciais de cerveja, estará sempre muito calor e as mulheres vestirão um biquíni fio dental nos corpos belíssimos. Corpos esses sem língua, diga-se, porque elas nunca falam nada. Quer vender detergente, sabão em pó ou qualquer outro produto de limpeza? Direcione as propagandas para mulheres, porque elas ainda não saíram da cozinha.

Vemos isso o tempo todo, tomamos como verdade absoluta, e nem ligamos muito para a representação da mulher nos comerciais. Fúteis, vazias, competitivas com outras mulheres, rainhas do lar, vaidosas em nível tóxico. "É só propaganda", diriam alguns. Alguns muitos. Outros vários diriam que quem vê problema nessa má representação da mulher está é "falta do que fazer". "Vai lavar uma louça", os *engraçados* de Twitter responderiam. Na verdade, o sistema é esse, feroz, que se retroalimenta dos pensamentos da sociedade. As propagandas são ruins porque o público alvo é ruim, ou é o contrário? Difícil dizer.

Nos Estados Unidos há uma iniciativa chamada *The Representation Project*, que cuida justamente de analisar como a mídia mostra as mulheres. Aqui no Brasil não temos nada parecido, mas grupos feministas online costumam questionar as empresas quanto aos seus anúncios sexistas e muitas, muitas vezes misóginos.

Foi o que aconteceu durante a Copa das Confederações. A Ariel, marca de sabão para lavar roupas, lançou uma propaganda no Facebook com quadrinhos mostrando como a mulher também gosta de futebol. Seria ótimo quebrar o estereótipo de que só homem gosta do esporte, enquanto as mulheres são histéricas que só gritam nas partidas da seleção brasileira e não sabem nem o que é um escanteio, mas a marca, pertencente à Procter & Gamble, reiterou na série de quadrinhos como a mulher vê futebol por causa das pernas dos jogadores e que "torce". Torce roupa. Porque mulher esquenta barriga no fogão e esfria no tanque.

Falei com a assessoria de imprensa sobre os quadrinhos, e recebi a seguinte resposta: "a P&G informa que em maio desse ano postou na fanpage de Ariel um pedido de desculpas pela tirinha criada para a Copa das Confederações. Vale ressaltar que a empresa valoriza a diversidade, assim como o papel de importância da mulher em nossa sociedade. A empresa informa ainda que levará em conta todos os comentários e considerações que foram postados na época em sua fanpage para as próximas campanhas da marca."

Eles, pelo menos, assumiram que foi uma bola fora (e sim, nós sabemos quando é lateral ou escanteio nesses casos). A cerveja Crystal, do Grupo Petrópolis, infelizmente não fez o mesmo. Tentou mais ou menos fugir da velha fórmula mulheres de biquini na praia (tem algumas à beira da piscina, ora pois!), e colocou uma mulher... como brinde!

Não, Crystal, apenas não. Mulher nunca é um brinde. Ou não deveria ser. A resposta da marca foi: "O Grupo Petrópolis sempre respeitou as mulheres e, em nenhum momento, teve a intenção de tratá-la como objeto. A propaganda trabalha com humor e respeito.". Interessante observar o uso da palavra brinde, que não só é um objeto, como é um objeto que a pessoa ganha, sem maior esforço. A saída escolhida pela Petrópolis foi dizer que isso, comparar uma mulher a algo que se ganha, é piadinha. Humor é sempre a desculpa para qualquer erro.

Quer ver como é sempre tudo muito, muito engraçado? A resposta da NET ao meu questionamento sobre um que denigre a mulher parece até ter sido escrita pela assessoria da Crystal: "As campanhas da NET se caracterizam pela irreverência e bom humor. A empresa busca trazer novidades e frescor em sua forma de se comunicar e para isso se utiliza de temas ou situações que auxiliem neste fim. Especificamente no filme citado, seguimos com a mesma intenção e em momento algum houve o intuito de

denegrir a imagem da mulher ou imprimir qualquer outra conotação, apenas utilizou-se de um contexto usado no dia a dia das pessoas e em tom de brincadeira."

Que coisa engraçada tratar a mulher como 1) desesperada por um príncipe; 2) interesseira a ponto de trocar um príncipe por um cartão de crédito. Hum... não.

Outra tática utilizada pelas empresas é dizer que algo - produto ou comercial - simplesmente caiu no colo delas. É preciso apontar que antes de ir ao ar ou aparecer nas araras das lojas, o produto ou propaganda passa por uma série de pessoas. Tudo está sujeito à criação, aprovação, produção. Há muito tempo e incontáveis oportunidades para alguém nesse ciclo simplesmente dizer "ei, isso aqui está errado, não vamos colocar no ar/colocar à venda".

No entanto, se alguém tem tal iniciativa nesse processo, certamente sua voz não está sendo ouvida. Enquanto isso, as empresas lavam as mãos a respeito da responsabilidade acerca da equidade de gêneros. A Luigi Bertolli está vendendo, neste momento, uma camiseta que diz:

Look like a girl / Act like a lady / Think like a man/ Work like a boss

*Pareça uma garota, se comporte como uma dama, pense como um homem, trabalhe como chefe. **Pense como um homem?*** O que há de tão diferente no pensamento de um homem para que eu, mulher, deseje ser como ele? Não está bom ser do jeito que eu sou e pensar do meu jeito? Ou homens são mais inteligentes?

"A camiseta mencionada não tem qualquer objetivo machista, feminista ou político. Trata-se apenas de mais uma estampa de moda que combina frases irreverentes com as cores da estação. Sendo assim, a Luigi Bertolli não teve intensão ou pretensão de sugerir nenhum tipo de comportamento."

Ah, está tudo bem agora, então, ufa! Que bom que uma marca denunciada por trabalho escravo e que não faz roupa para gorda não está me dizendo como viver. Sinto um grande alívio agora.

É evidente que isso não é verdade. Uma marca vende não só um produto, tangível, mas também um estilo de vida. O consumidor, então, compra algo de acordo com o que lhe é vendido. Não é só a camiseta ou o sabão em pó. Quando se trata de autoestima, então, ataca-se um ponto fraco das mulheres. Até supermodelos dizem que às vezes não se sentem tudo isso, imagine uma mulher comum, que trabalha, vai à faculdade, cuida dos filhos, lava louça, entra em fila de banco.

As mensagens que ela recebe são de que ela precisa ser bonita, atraente, sexy, ter a aparência de uma garota e comportamento de uma dama. Ela precisa. É isso que é cobrado o tempo todo dela. E, se não der pra ser tudo isso por si mesma, só resta competir com as outras mulheres, tratando-as como café-com-leite.

Ainda em dezembro, a assessoria da Eudora se pronunciou. "O objetivo da campanha é incentivar todas as mulheres a expressar a sua personalidade, para ajudá-las a expressar o poder de conquista dos seus desejos e fazer a diferença por onde passam.", diz a nota da empresa. Ela continua: "A expressão "café com leite" foi utilizada como metáfora para afirmar que essa mulher não está em uma atitude de neutralidade e passividade". No entanto, a expressão café com leite é utilizada para se referir às outras mulheres, as que não usam Eudora. Logo, segundo a própria nota, "neutras" e "passivas".

As mulheres precisam se unir e se empoderar, juntas, sem essa coisa de competir entre si. É triste ver uma empresa voltada às mulheres com esse tipo de discurso. No fim, se você não tiver uma aparência de capuccino e for um mero café-com-leite, você não será a escolhida pelo gatinho da balada. Não foi por causa dele que você saiu de casa?

Viu? *Amigos de verdade não deixam os amigos saírem com meninas feias*, diz a camiseta da Hering. Melhor ser um capuccino, garota, se não você está perdida. Segundo a assessoria da empresa, "em relação ao caso das estampas questionadas por consumidores, a Cia. Hering esclarece que já tomou as providências necessárias para evitar estes temas em seus produtos futuramente. A empresa reforça ainda que a estampa não condiz com os princípios e os valores defendidos pela marca".

Antes de eu questioná-los acerca da estampa, consumidores já o tinham feito por meio das redes sociais. Eles disseram que tirariam as camisetas das araras, mas dias depois as lojas continuavam vendendo. Sabem o motivo? Porque não importa. O sistema todo é assim. Este post poderia ser infinito, porque todos os dias nos deparamos com a péssima representação das mulheres na mídia.

O problema é que acreditamos nisso tudo. Mais do que comprar o sabão, a camiseta ou a maquiagem, nós compramos a ideia. E vivemos com ela, repetindo-a, sentindo-a na pele. Você é café-com-leite, você não é bonita o suficiente, você não será amada, você está gorda demais. E compre isso aqui para diminuir o buraco que eu, empresa, criei em você.

Fonte: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/feminismo-para-que/a-representacao-da-mulher-na-midia-e-em-produtos-7011.html>

Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres

A violência contra mulheres constitui-se em uma das principais formas de violação dos seus direitos humanos, atingindo-as em seus direitos à vida, à saúde e à integridade física. Ela é estruturante da desigualdade de gênero.

A violência contra as mulheres se manifesta de diversas formas. De fato, o próprio conceito definido na Convenção de Belém do Pará (1994) aponta para esta amplitude, definindo violência contra as mulheres como “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado” (Art. 1º). Além das violações aos direitos das mulheres e a sua integridade física e psicológica, a violência impacta também no desenvolvimento social e econômico de um país.

A violência atinge mulheres e homens de formas distintas. Grande parte das violências cometidas contra as mulheres é praticada no âmbito privado, enquanto que as que atingem homens ocorrem, em sua maioria, nas ruas. Um dos principais tipos de violência empregados contra a mulher ocorre dentro do lar, sendo esta praticada por pessoas próximas à sua convivência, como maridos/esposas ou companheiros/as, sendo também praticada de diversas maneiras, desde agressões físicas até psicológicas e verbais. Onde deveria existir uma relação de afeto e respeito, existe uma relação de violência, que muitas vezes é invisibilizada por estar atrelada a papéis que são culturalmente atribuídos para homens e mulheres. Tal situação torna difícil a denúncia e o relato, pois torna a mulher agredida ainda mais vulnerável à violência. Pesquisa revela que, segundo dados de 2006 a 2010 da Organização Mundial de Saúde, o Brasil está entre os dez países com maior número de homicídios femininos. Esse dado é ainda mais alarmante quando se verifica que, em mais de 90% dos casos, o homicídio contra as mulheres é cometido por homens com quem a vítima possuía uma relação afetiva, com frequência na própria residência das mulheres.

Um dos instrumentos mais importantes para o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra as mulheres é a Lei Maria da Penha - Lei nº 11.340/2006. Esta lei, além de definir e tipificar as formas de violência contra as mulheres (física, psicológica, sexual, patrimonial e moral), também prevê a criação de serviços especializados, como os que integram a Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, compostos por instituições de segurança pública, justiça, saúde, e da assistência social.

A Lei Maria da Penha também teve uma importante vitória em fevereiro de 2012, em decisão do STF, quando foi estabelecido que qualquer pessoa poderia registrar formalmente uma denúncia de violência contra a mulher, e não apenas quem está sob essa violência.

Não é apenas no âmbito doméstico que as mulheres são expostas à situação de violência. Esta pode atingi-las em diferentes espaços, como a violência institucional, que se dá quando um servidor do Estado a pratica, podendo ser caracterizada desde a omissão no atendimento até casos que envolvem maus tratos e preconceitos. Esse tipo de violência também pode revelar outras práticas que atentam contra os direitos das mulheres, como a discriminação racial.

O assédio também é uma violência que pode ocorrer no ambiente de trabalho, em que a mulher se sente muitas vezes intimidada, devido a este tipo de prática ser exercida principalmente por pessoas que ocupam posições hierárquicas superiores as mesmas.

Mulheres lésbicas e bissexuais podem sofrer diversos tipos de violência em função de sua orientação sexual, desde agressões físicas, verbais e psicológicas, até estupros corretivos (que pretendem modificar a orientação sexual da mulher). Mulheres transexuais também se tornam alvos de preconceitos e agressões múltiplas, e ainda lidam com violências dentro de instituições, como as que ocorrem no ambiente de trabalho e nos serviços de saúde.

O tráfico e a exploração sexual de mulheres, meninas e jovens também é uma prática relevante no que diz respeito às violências de gênero. O tráfico de mulheres, que tenha como finalidade a exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, a escravidão, a servidão, a remoção de órgãos ou o casamento servil, envolve uma ampla rede de atores e ocorre tanto localmente quanto globalmente, e consiste em violação dos direitos humanos das mulheres.

O enfrentamento às múltiplas formas de violência contra as mulheres é uma importante demanda no que diz respeito a condições mais dignas e justas para as mulheres. A mulher deve possuir o direito de não sofrer agressões no espaço público ou privado, a ser respeitada em suas especificidades e a ter garantia de acesso aos serviços da rede de enfrentamento à violência contra a mulher, quando passar por situação em que sofreu algum tipo de agressão, seja ela física, moral, psicológica ou verbal. É dever do Estado e uma demanda da sociedade enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres. Coibir, punir e erradicar todas as formas de violência devem ser preceitos fundamentais de um país que preze por uma sociedade justa e igualitária entre mulheres e homens.

Fonte: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/areas-tematicas/violencia>

FEMINISMO E AS CORTINAS A SEREM DESPIDAS

Luara Colpa

“Quando eu não fazia ideia do que era o feminismo, eu o repudiava. Muitas coisas repudiamos por desconhecimento.” A maioria dos ‘desconhecimentos’ vêm num mesmo balaio junto ao preconceito. Isso porque todas as vezes que o sistema quer que repudiemos algo, imputa-se o medo, ou a repulsa de algo que é apenas desconhecido.

Feminismo é uma dessas palavrinhas: Quem não sabe dizer o que de fato é, repudia.

A verdade é que simplificada, o feminismo é um movimento que sempre buscou igualar direitos. Ora, direito ao voto, direito à jornada justa de trabalho, direito à não exploração de trabalho infantil, direito à greve, livre manifestação, salário igual, divisão de tarefas domésticas, direito à não violação dos corpos das mulheres, fim do assédio sexual, moral, a objetificação das mulheres e por aí vai.

É importante abrir um parêntese pra dizer que dentro do feminismo existem vários recortes, por exemplo, o feminismo negro. É imprescindível contextualizar que as negras no Brasil ainda estavam dentro de senzalas quando as Novaiorquinas se organizaram em sindicatos. Há formas de organização múltiplas: Mulheres palestinas, indianas, muçulmanas, de todos os países da África, no Oriente Médio, sudeste asiático,

México, Caribe se organizam de diferentes formas. No mundo inteiro, cada feminismo tem sua peculiaridade de acordo com a cultura, a política, o momento histórico de cada lugar.

Há ainda diversas vertentes de feminismo: O feminismo liberal, o feminismo marxista, o Feminismo “intersec” (que abarca as mulheres trans, a pauta das deficientes e etc), as “RadFem” (feministas radicais que acreditam num determinismo biológico). Dentro da vertente Radfem, há as “TERF” (Trans-Exclusionary Radical Feminists) que são feministas radicais que excluem as mulheres trans da pauta feminista.

Não pretendo aqui debruçar em todas as complexas vertentes e formatos, mas de antemão, já dá pra desvendar **a primeira cortina**: de que **“feminista é um bando de mulher branca de peito de fora”**.

Alguma vertente pode sim ter atos políticos e performances que explorem a nudez como combatividade e denúncia, mas não apenas isso. Nenhuma das vertentes se resume à apenas isso.

A **segunda cortina** é: **“O feminismo é o contrário do machismo”**. Essa é clássica, é erroneamente clássica! O machismo é algo estrutural, o machismo arregimenta forças para manter o Patriarcado funcionando. Para que além da opressão de classes, ainda haja opressão de gênero, e por assim dizer, manter-se uma ordem no mundo.

O machismo violenta física e psicologicamente. O machismo mata.

O feminismo é um movimento e não “uma opressão às avessas”. Feminismo não quer estar no papel do machismo, feminismo não disputa esse espaço de poder e nem se pretende à isso. “Feminismo é a ideia “radical” de que mulheres são gente”, e movimenta-se para equiparar direitos. Feminismo não mata ninguém, mas salva muitas vidas.

A **terceira cortina** a ser retirada é a cortina do **“feminista é mal comida e/ou lésbica”**. O feminismo é um movimento grandioso, de libertação, de equidade de direitos. Resumir um movimento à esta frase é perpetuar a opressão, o total desprezo e desconhecimento sobre o significado de Feminismo. No mais, lutamos sim, pelo direito das mulheres serem o que são: Héteros, bissexuais, lésbicas, trans – e não morrerem por isso. Aliás, para quem não sabe, mulheres morrem pelo simples fato de serem mulheres. E isso se chama *Misoginia*.

A **quarta cortina**, é a cortina do casamento: “**Mulher feminista vai ficar pra titia**”. Bem, esse é um tema interessante de se discutir: O feminismo é empoderador. A partir do momento que você se sente forte o bastante para denunciar agressões, para se firmar nos relacionamentos, você começa a não se sujeitar a muitas coisas. É o amor próprio. E aí, ficar ou não numa relação que não é saudável, é uma decisão muito mais fácil para a mulher do século XXI que as nossas avós, bisavós escravas de um casamento violento – por exemplo.

A nossa “proposta” não é pelo fim do amor, ou do casamento. Pelo contrário, a “proposta” é: Melhorem! Parem de nos violentar, nos oprimam menos. Nos enxerguem como gente e não como objeto. Assim, quem sabe, relacionamentos saudáveis engatem e durem.

A **quinta cortina** é a rivalidade. “**Mulher feminista odeia uma mulher bela, recatada e do lar!**” – NÃO. Definitivamente! Este é o maior equívoco. O feminismo abarca mulheres. O patriarcado só se sustenta com nossa rivalidade. O mercado acha que só vende produtos por nossa rivalidade. Adoecemos por essa rivalidade. E fim das contas, no dia que olharmos pro lado e enxergarmos companheiras de verdade, o sistema todo começará a ruir. Nós não somos rivais, desprender-se disso é das coisas mais saudáveis que uma mulher pode fazer pra si!

Você pode ser, “bela”, recatada e do lar e sim, ser feminista! Feminismo fala sobre liberdade de escolher, de ser feliz, mas de ser sobretudo, empoderada, coerente, lúcida e dona de seu corpo e seu pensamento.

Seja do lar, seja professora, seja engenheira, seja Presidenta, seja astronauta. Mas seja dona de si.

A **sexta cortina** é a cortina mais “besta” que o Patriarcado nos coloca: “**Feminista não depila, não é bonita e blablabla**”. É importante compreender que há uma força que nos esmaga e essa força vem ditar um modelo, um padrão de beleza (regra geral eurocêntrico) e que impõe: A magreza dos corpos, a espessura dos fios de cabelo, a forma como devemos nos portar, a busca por uma beleza inalcançável. Esse modelo de competitividade nos mata: Seja nas mesas de cirurgia todos os dias, seja por doenças como bulimia, anorexia, depressão e etc.

Essa farsa despreza a diversidade do que é belo, da grande mistura de povos, das características peculiares de cada nação, além do mais, este modelo é silenciador,

despreza a espontaneidade da mulher e seu meio. E fim das contas nos leva ao consumo infundável de produtos. Depilar, não depilar? Ter um corpo fitness ou estar gordinha e feliz O que isso lhes diz respeito? É a mulher que escolhe, e isso não faz dela mais ou menos feminista.

A **sétima cortina** é a cortina do **aborto**. Uma cortina hipócrita e prejudicial. As pessoas nos imaginam andando pra lá e pra cá com chás abortivos enfiando guela abaixo nas “grávidas de bem”. E mais uma vez o que vemos é o sistema “confundindo” mentes. Feministas – regra geral- denunciam a violência sofrida por mulheres que abortam de forma clandestina. As muitas mortes e pouca segurança.

Enquanto a sociedade tapa os olhos para os homens que abandonam seus filhos, o peso sob a mulher é sempre enorme. Além do mais, é preciso enxergar o Estado como laico, e retirar as cortinas moralistas e religiosas que acompanham o tema. Sendo assim, eu, por exemplo, não faria um aborto, pois tenho uma crença religiosa, uma família que me apoiaria, e uma vontade pessoal. No entanto não caberia a mim decidir sobre o corpo alheio, acho inclusive que com a legalização do aborto seguro, muitas mulheres teriam condição de conversar com médicos, psicólogos, amigos e encontrariam chance de inclusive desistirem do aborto, encontrariam abrigo e força, que não encontram na clandestinidade. É um processo muito mais de saúde pública que de qualquer outra coisa.

A **oitava cortina** é a da histeria, “**mulheres são loucas e histéricas**”. Bom, esse comportamento é fundamental para o machismo perpetuar, isso se chama *Gaslighting*, e é uma das formas de silenciar uma mulher. Todas as vezes que não se concorda com o que ela diz, chamam-na de louca. O fato de questionar a própria sanidade é dos sentimentos mais violentos que uma mulher passa em vida. Além de cruel, essa ação gera insegurança, rivalidade e muitos questionamentos. Quem pratica *Gaslighting* é violentador, e o feminismo tem por obrigação denunciar essa prática.

A **nona cortina** é a do “**acho um absurdo homens não poderem ser feministas**”. Acreditamos que seja ok os homens em desconstrução nos apoiarem, mas é importante que entendam a importância maior da auto-organização. Afinal, um branco não faz parte de um coletivo de negros, justamente por ser um processo de um grupo de pessoas específico, com opressões específicas sofridas, com intimidade pra debater certas coisas. Organizar-se, debruçar-se sob uma pauta, diz respeito aos impactos sofridos por aquele nicho de pessoas. É assim com os sem terra e suas pautas

específicas, é assim com LGBTTs, é assim com a luta contra a gordofobia, e é assim com o feminismo. Apoiem-nos, mas não queiram tomar protagonismo do que não vivenciam!

A **décima cortina** é a do **“o mundo está ficando muito chato com feministas”**. Aí sim. Se lutar por respeito, direitos e saúde mental, é ser “chatas”, é isso o que somos!

O feminismo tem mil cortinas a serem desvendadas por quem tem no mínimo curiosidade e respeito. O feminismo é libertação, mas ao mesmo tempo não nos impõe nada.

Você pode ser loira, negra, gorda, magra, rica, pobre, do lar e feminista em todos os casos. Você pode se vestir como quiser, inclusive com o corpo todo tampado. Você pode ter a profissão que quiser, inclusive nenhuma! Você pode ter o comportamento social que achar melhor, e ninguém vai te forçar a ser o que não desejar. ‘Vadias’, recatadas, trabalhadoras, de minissaia ou burca. O feminismo não transforma a sua “carcaça”, mas transforma a mente para que compreendamos o quão forte somos – e em coletivo esses saltos de consciência são ainda mais gratificantes!

Somos Muitas, somos diversas e não nos cabe mais um século de opressões.

Por uma Nova Maioria! Por representatividade! Pela vida das mulheres: Que venha o feminismo!!!

Fonte: <http://negobelchior.cartacapital.com.br/feminismo-e-as-cortinas-a-serem-despidas/>

Vídeos utilizados no grupo de estudos:

<https://www.youtube.com/watch?v=CPMrEWCAJLE>

https://www.youtube.com/watch?v=C_fBHe9Hq08

<https://www.youtube.com/watch?v=PKYFVTn0zCo>

<https://www.youtube.com/watch?v=2PbugrNwbnw>

https://www.youtube.com/watch?v=P3e_B9eHMf0

https://www.youtube.com/watch?v=P3e_B9eHMf0